

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Capitalizar subsidiárias pode ser saída para setor privado entrar na Eletrobras	3
Título: Pacote quer hidrelétrica e nova ponte na região Norte	5
Título: Corte no custo de energia passa por mudanças nos mercados da Petrobras	7
Título: Governo prepara novo decreto de demarcações de terras indígenas	9
Título: Falta de gasodutos é entrave para baratear preço	10
Título: PIB do Rio cresce em 2018, após anos de retração	12
Título: Arrendamento de terminais portuários terá pouca disputa	13
Título: Concessionária da Cosan vai disputar leilão da Norte-Sul.....	15
Título: Mercado doméstico de combustíveis está se recuperando, diz Raízen	17
Título: Destaques	18
Título: Competição é chave para setor de gás, diz especialista	19
Título: Mudança na BR aponta para nova oferta de ações.....	20
Título: Shell planeja iniciar perfuração de novas áreas no pré-sal neste ano.....	22
Título: Curtas	23
Título: Siderúrgicas abrem rodada de reajuste de preços no ano	24
Título: Raízen Energia projeta avanço e ampliação dos investimentos.....	25
Título: Destaques	27
Título: Neoenergia sonda bancos para retomar IPO.....	28
Título: Previ vê momento para vender ativos.....	29
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	31
Título: Energia solar cada vez mais competitiva	31
Título: Indústria de SP questiona acordo Comgás-Petrobrás	32

Título: Cosan vai participar do leilão da Norte-Sul.....	33
Título: 'BNDES é como a Nasa: tem de se reinventar'	34
Título: Resultados concretos de visita dependem de tempo.....	36
Título: 'Sem fazer acordo com os partidos, Bolsonaro não vai conseguir governar'	37
VEÍCULO: O Globo.....	41
Título: O futuro do Comperj é incerto e não sabido	41
Título: CPI de Brumadinho convoca conselheiros da Vale	42
Título: Pré-sal: governo quer pagar R\$ 35 bi à Petrobras	43
Título: Aneel converte dívida de R\$ 3 bi da Eletrobras em crédito	44
Título: Presidente da Equinor cobra abertura do mercado de gás no país	45
Título: Tráfico ataca comboio que levava urânio para Angra	46
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	48
Título: Cosan pronta para novo ciclo	48

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília****Título: Capitalizar subsidiárias pode ser saída para setor privado entrar na Eletrobras**

O Ministério da Economia estuda mudar o processo de privatização da Eletrobras e fazer em separado a capitalização das subsidiárias da estatal, em vez de um único movimento para toda a empresa. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse ao **Valor** que a ideia é um dos caminhos possíveis para ampliar a participação do setor privado na economia brasileira e ampliar a geração de recursos para o Tesouro Nacional no processo.

"[A capitalização dividida por subsidiária] é uma possibilidade não descartada. Estamos analisando. Pode haver ganho de escala e de receita. Pode haver valorização grande de uma subsidiária ofertando de tal maneira que incentive a participação privada em outras. Podem ser combinados grupos privados e uma arrecadação ao final em termos de outorga maior", afirmou Rodrigues. "As seis distribuidoras vendidas foram um movimento positivo, mas precisamos avançar dentro da holding Eletrobras. Têm a Eletrobras, a Eletropar, a Eletronorte, Chesf, Furnas... temos que tratar esses ativos adequadamente. [Todas] devem ser analisadas para privatização."

Ele aponta que governo considera uma reorganização societária da Eletrobras com foco em atrair mais investidores. "Temos todas as sinalizações que, do ponto de vista da mudança societária, precisaremos retrabalhar a Eletrobras, como do ponto de vista de atração de investidores. A formatação do leilão da Eletrobras será bem-sucedida", disse.

A equipe econômica também pretende reduzir o valor de R\$ 15 bilhões direcionados para a revitalização do rio São Francisco, que está previsto no projeto de lei que tramita no Congresso. O secretário avalia que o montante, que na versão mais recente da proposta em tramitação era parcelado em 30 anos, é alto.

A ideia é alocar mais eficientemente. Havia ali uma intenção de satisfazer algumas bancadas", disse Rodrigues. "Houve na tramitação na comissão especial, alguma emendas que colocaram valores muito altos. Acharmos muito. Porque não contempla o ponto principal, que é reformatação da Eletrobras para trazer ganho de eficiência e a um preço menor para o consumidor final", salientou.

A equipe econômica considera, inclusive, enviar um novo projeto de lei para tratar das mudanças que estuda fazer no processo de capitalização da estatal e na descotização (que é revisão de contratos anteriormente firmados pela empresa). A decisão sobre o procedimento legislativo, contudo, ainda não está tomada. O que está sendo avaliado, explica, é se é mais conveniente usar o projeto de lei que já está lá, fazendo emendas que contemplem a nova visão do governo e aprovando a matéria com mais celeridade, ou se partir para uma proposta completamente nova que expresse de forma mais completa a lógica do governo atual.

"Há um cenário possível, com boa probabilidade, de um novo projeto de lei", disse. "O uso de um PL é praticamente consenso de que será necessário, mas não necessariamente para manter a estrutura atual da Eletrobras. Ela tem diversas subsidiárias, elas podem ser agregadas em uma só, podem ser vendidas separadamente. Isso tudo está sendo discutido", reforçou.

Para Rodrigues, de um jeito ou de outro, é perfeitamente possível ter o processo da Eletrobras concluído ainda neste ano, incluindo o ingresso de recursos no Tesouro. Apesar disso, ele reconhece que no próximo relatório bimestral os R\$ 12,2 bilhões previstos de receita primária gerado nesse processo podem ser retirados das contas do governo, aumentando o tamanho do contingenciamento de gastos, que ele disse que ocorrerá e deverá ser anunciado na quinta ou sexta-feira. Mas o secretário aponta que a previsão dessa receita pode voltar no relatório de maio e até em valores maiores, a depender da nova modelagem em análise.

"Estamos estudando e implementando mecanismos para termos o andamento do processo da Eletrobras neste ano. Todos os indicadores e esforços apontam para a Eletrobras acontecendo neste ano. Há apetite de investidores estrangeiros", disse.

Ele avalia que o atual PL é "bom" e tem vários temas importantes, embora alguns precisem ser alterados e outros desnecessários. "O PL tratava o risco hidrológico de maneira boa, mas não entendemos que seja a melhor", disse, explicando que esse risco decorre de acordos feitos que implicam em não atendimento da oferta de energia por causa de baixo índice pluviométrico. "Você não entrega o que prometeu e aí tem multas. Esse risco fica para o empreendedor. E se ele não paga, judicializa. Hoje temos R\$ 6 bilhões em recurso judiciais associados a esse risco. O projeto não aloca os riscos eficientemente. Então o risco precisa ser melhor tratado."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Carla Araújo e Andrea Jubé | De Brasília****Título: Pacote quer hidrelétrica e nova ponte na região Norte**

Em meio a contínua crise envolvendo a Venezuela, o pacote de obras que o governo prepara para a região da Calha Norte do rio Amazonas, no Pará, está sob a batuta de mais um general e contempla, entre outras obras, a construção de uma hidrelétrica que ampliará o fornecimento de energia à grande Manaus e Boa Vista, em Roraima, único Estado não integrado ao sistema nacional de energia. O mesmo projeto prevê o barateamento do frete para o agronegócio com a construção de uma ponte sobre o Rio Amazonas no estreito de Óbidos.

Em entrevista ao **Valor**, o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Maynard Marques de Santa Rosa, coordenador do projeto, disse que as obras deverão ser incluídas no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), a fim de atrair a iniciativa privada.

"O PPI não tem uma agenda, ela é episódica e feita de acordo com os interesses conjunturais. Então, é suscetível [que o projeto] entre na agenda do PPI", disse o general, destacando que hoje "não tem como construir nada no Brasil sem a iniciativa privada". "O Estado perdeu a capacidade de investir e sem reforma da Previdência nós estamos condenados a paralisia da infraestrutura,"

Nomeado Barão do Rio Branco, o projeto prevê que a ponte que passará pela cidade de Óbidos terá extensão de 1,5 km; já a hidrelétrica no Rio Trombetas, que deságua no Amazonas, tem previsão de geração de 3.000 MW de energia. O terceiro projeto que faz parte do pacote é o prolongamento da BR-163 até a fronteira com o Suriname.

Nos bastidores, há quem torça para a evolução do diálogo do Suriname com os Estados Unidos para instalação de uma base americana naquele país. A avaliação é que isso levaria ao desenvolvimento populacional da região e estimularia o Suriname a compartilhar investimentos com o Brasil para a extensão da rodovia BR-163 até a fronteira.

Santa Rosa destaca que antes de pensar na extensão da rodovia é preciso começar pelas outras obras. "Minha sugestão é começar pela ponte, e paralelamente a hidrelétrica, porque são obras correlatas. A ligação entre Oriximiná e Óbidos teria de ser viabilizada pela expansão da perimetral [BR-163]. Mas, para ela chegar até o Suriname, vai depender daquele país e das circunstâncias econômicas geradas pelo projeto. Se depender de mim, rasga a

rodovia enquanto eu estiver vivo. Gostaria de ir de jipe de Óbidos à fronteira do Suriname", disse.

"A última etapa é a ampliação da BR-163 até a fronteira, porque antes de rasgar a estrada precisamos viabilizá-la economicamente. Não se pode abrir hoje uma estrada ligando nada a coisa nenhuma, você tem que ter uma viabilização econômica para justificar o investimento", disse.

Santa Rosa prefere não prometer datas para as obras saírem do papel e serem concluídas e diz que trabalha para que o presidente Jair Bolsonaro assine um decreto o quanto antes para instituir um grupo interministerial para cuidar do pacote.

Ele destaca que, no caso da hidrelétrica, a ideia é complementar os esforços para a integração de Boa Vista à rede nacional de energia elétrica por meio da construção do linhão de transmissão Manaus-Boa Vista.

A obra também pretende ajudar a alimentar a rede de fornecimento de energia nos Estados de Amazonas, Pará e Amapá, evitando os constantes apagões na região. O general diz ainda que a hidrelétrica no rio Trombetas vai aumentar a oferta de energia "e viabilizar a exploração das reservas de alumínio". "É a maior reserva nacional de alumínio, mas falta energia para explorar."

Segundo a SAE, órgão que é vinculado à Secretária-Geral da Presidência, o objetivo é que as três ações no Projeto Barão do Rio Branco propiciem o desenvolvimento regional. Atualmente, há 24 milhões na Amazônia Legal, o que representa 12,3% do total da população brasileira, sendo que 10 milhões vivem abaixo da linha de pobreza.

O general pondera que é preciso completar o trabalho de integração da região iniciado no governo de Getúlio Vargas. "Precisa ser completada para integrar esse território que equivale à Itália continental e tem população igual à de Copacabana [no Rio], cerca de 600 mil pessoas."

Santa Rosa diz ainda que o desenvolvimento regional pode ajudar em outras ações governamentais como a eliminação de doenças tropicais como a malária, microfilariose, mal de chagas, leishmaniose. "Há o fundo de royalties do petróleo com R\$ 32 bilhões não aplicados, é uma briga que teremos que ter com o Ministério da Economia."

Apesar de os objetivos dos projetos serem de longo prazo, no médio prazo, o governo visa a reduzir a participação e a influência de ONGs na região, restringindo a liberação de recursos públicos para essas entidades. "O intuito é fechar a torneira", disse o secretário.

Segundo Santa Rosa, o governo brasileiro financia ONGs com recursos públicos e não há controle desse dinheiro que sai do Tesouro Nacional. O general, que em 2010 foi exonerado pelo ex-presidente Luiz Inácio de Lula da Silva da chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército por criticar a Comissão da Verdade, não tem receio de explicitar sua discordância em relação ao trabalho das ONGs. "É uma irresponsabilidade administrativa. Nós que não temos dinheiro para investir em educação e saúde, temos para financiar ONGs que atrapalham o nosso progresso", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Corte no custo de energia passa por mudanças nos mercados da Petrobras

O plano de reduzir o custo da energia no Brasil, prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, inclui medidas que não dependem apenas da vontade do governo e dos órgãos federais chamados a discussão. Envolve ajustes importantes na participação da Petrobras no mercado de gás natural e na legislação do setor. Para driblar a limitação e dar início às mudanças, o governo fará uso de aprimoramentos na regulação deixados por Michel Temer em decreto assinado em dezembro.

A proposta de Guedes, de dar um "choque de energia barata" na economia, está basicamente apoiada no programa "Gás para Crescer", desenhado pelo governo anterior. O PL foi enviado ao Congresso, mas não chegou a ser aprovado.

O decreto 9.616/18, aprovado no governo Temer, permite avanços normativos sem aprovação de um novo marco legal. "Aliado a isso, a ANP vem conduzindo tratativas junto ao Cade para avaliar mecanismos de promoção da concorrência nesse mercado, hoje monopolizado pela Petrobras", informou o **Ministério de Minas e Energia ao Valor**.

Como informou o **Valor** em janeiro, a ANP já avalia medidas para obrigar a Petrobras a realizar a venda de volumes de gás e capacidades de transporte oferecida nos gasodutos para concorrentes, por meio de um programa de "gas release". O ministério admitiu que "aperfeiçoamentos tributários, necessários à implementação do novo mercado", estão sendo discutidos no governo.

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Marcio Felix, disse que o plano de redução do custo da energia está em fase de detalhamento e poderá vir a público em breve. "Realmente, estamos trabalhando dentro do governo, com os ministérios de Minas e Energia e Economia, a EPE, a ANP e a Petrobras, no detalhamento desse plano, que a gente espera ter notícia nos próximos dias", disse o secretário.

O governo pretende mexer no protagonismo da Petrobras no setor de gás e atrair investimento privado. A estatal, além de responder por parcela importante da produção nacional, controla rede de gasodutos e plantas de processamento e atua na comercialização e entrega de gás - este último por meio de participação acionária nas distribuidoras estaduais. Também responde por parte do consumo por meio do próprio parque de termelétricas.

O Ministério de Minas e Energia avalia a abertura do mercado permitirá que "consumidores negociem livremente a compra" do gás com outros fornecedores. O decreto fala em promoção da livre concorrência, acesso não discriminatório a gasodutos por terceiros e implementação de normas pela ANP com base em boas práticas internacionais.

Entidades do setor produtivo têm mantido contato com os técnicos do governo. O presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, relata que Guedes e sua equipe estão "pilhados" com o plano. O entusiasmo é explicado pela alta capacidade da indústria de responder à oferta de energia e gás natural a preços competitivos com reflexos imediatos para a recuperação do PIB.

Pedrosa explica que a proposta do governo será estratégica para o cenário pós-aprovação da reforma da Previdência. Para ele, a redução do custo da energia e do gás natural para o setor produtivo é tão importante quanto outras iniciativas para aumentar a produtividade da economia, a exemplo do esforço de tornar mais eficiente e barata a logística de produtos até os portos.

A indústria tem a expectativa de que a redução do preço do gás natural no Brasil derrube o custo da eletricidade produzida pelas usinas térmicas, em que o insumo é usado no processo industrial, e torne os produtos nacionais mais competitivos em nível internacional. O setor reconhece que seria difícil alcançar o valor praticado nos EUA, a US\$ 4/MMBtu, porém, considera inadmissível o custo ser quase cinco vezes a mais - US\$ 19,04/MMBtu da Potigás.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Cristiano Zaia e Isadora Peron | De Brasília****Título: Governo prepara novo decreto de demarcações de terras indígenas**

O governo do presidente Jair Bolsonaro pretende editar um decreto para mudar o rito de demarcações de terras indígenas no país, competência que foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura. A mudança, no entanto, vem sendo questionada pelo PSB no Supremo Tribunal Federal (STF).

O decreto, que ainda vem sendo costurado pelas pastas da Agricultura, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), deve delegar os processos de demarcação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que agora está no Ministério da Agricultura. Até hoje, o órgão técnico responsável por demarcar era a Fundação Nacional do Índio (Funai), que migrou do Ministério da Justiça para o da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Segundo adiantou ao **Valor** a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a ideia é que o Incra passe a abrir licitações para terceirizar a contratação de equipes de antropólogos e outros profissionais encarregados de realizar os estudos de identificação e delimitação das terras reivindicadas pelos povos indígenas. E a promessa de um Conselho Interministerial para dar a decisão final sobre as demarcações também ainda está em estudo.

"Quando tiver uma demarcação, você faz uma licitação. O que não vai ter mais são antropólogos, como tinha lá atrás, em que você pinçava: quero que seja o antropólogo A, B, C ou D", disse a ministra.

Até agora o processo de demarcação começava com o estudo de identificação do território feito por antropólogos e montava-se um grupo técnico especializado que realizava diversos estudos, sociológicos, jurídicos, ambientais etc., além do levantamento fundiário para a delimitação da terra indígena. O relatório do grupo seguia para aprovação do presidente da Funai e do ministro da Justiça e para homologação pelo presidente da República. O setor do agronegócio, porém, sempre questionou que a escolha de antropólogos era enviesada.

Uma fonte do governo explica que o novo decreto tem a função de resolver um "vácuo jurídico", deixado pela Medida Provisória 870, um dos primeiros atos do presidente Jair Bolsonaro e que transferiu as demarcações para a Agricultura,

entre outras mudanças administrativas. É que um decreto de 1996, ainda em vigor, continua vinculando as demarcações ao "órgão federal de assistência ao índio", no caso a Funai. Em tese, esse limbo causa insegurança jurídica ao processos.

Uma questão pendente até hoje é saber para onde vão os antropólogos da Funai que trabalham no departamento de demarcações. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, esses profissionais seguem subordinados à Funai e ainda em período de transição.

A tendência é que o governo insista com o novo decreto, apesar do questionamento judicial. Em entrevista ao **Valor** na semana passada, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, endossou a transferência da competência para a Agricultura. "O trabalho pode ser bem realizado em qualquer lugar. Essa questão gera muitos conflitos com os agricultores, quem sabe o ministério [da Agricultura] possa ser o melhor lugar para mediar esses conflitos", disse Moro.

Em outra frente, no STF, a ação movida pelo PSB em janeiro contra a mudança ainda está na fase de instrução e não tem data para ser julgada no plenário - o relator da ação é o ministro Luís Roberto Barroso. E a postura do presidente da Corte, Dias Toffoli, tem sido de não interferência nas decisões do Executivo. Um assessor do gabinete presidencial compara a situação com a extinção do Ministério do Trabalho, que também foi questionada no STF, mas que não deve ter prioridade na pauta de julgamentos.

A alteração realizada por Bolsonaro também foi considerada "inconstitucional" pelo Ministério Público Federal (MPF). Em nota técnica elaborada pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, o órgão afirma que a decisão "coloca em conflito os interesses dos indígenas com a política agrícola da União". A peça é assinada pelo subprocurador-geral da República Antônio Carlos Bigonha, e foi enviada à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que terá que se manifestar na ação que tramita no Supremo.

O parecer do MPF também defende que a demarcação volte ao Ministério da Justiça, "que seria um mediador isento no caso de conflitos de interesses".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Falta de gasodutos é entrave para baratear preço

A ideia de ajudar o Brasil a retomar o crescimento econômico com a redução dos custos da energia e do gás natural para a indústria pode esbarrar na baixa oferta de gasodutos. Atualmente, a rede de transporte de gás natural conta com apenas 9.409 quilômetros concentrados ao longo da costa. O tamanho reduzido da malha, quando comparado à dimensão do país, tende a influenciar negativamente no esforço do governo de diversificar a oferta do insumo no país.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que o plano para oferecer energia barata para a indústria pode ter efeitos semelhantes ao da produção de "shale gas" (gás de folhelho) nos Estados Unidos, no fim dos anos 2000. Porém, a iniciativa que marcou o ressurgimento da produção americana de gás contava com uma rede de gasodutos já instalados de cerca de 400 mil quilômetros -hoje ela já supera os 550 mil quilômetros.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem preparado estudos sobre novos gasodutos de olho na oferta crescente de gás natural no Brasil. Os projetos apontam para a instalação de mais 7.045 quilômetros de dutos de transporte.

As projeções de aumento da oferta de gás natural consideram, em grande parte, as novas entregas dos campos do pré-sal. De acordo com o **Ministério de Minas e Energia**, a oferta de gás nacional deverá crescer 70%, chegando a 111 milhões de metros cúbicos por dia (m³ /dia) em 2027.

"O crescimento da malha depende de investimentos. Para isso, é necessário dar sinais econômicos que possam aumentar a demanda e principalmente ampliar a oferta e a interiorização da rede para outros Estados, inclusive aqueles ainda não atendidos", disse o presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon.

O governo tem sinalizado que o novo momento do setor de gás natural, que será marcado pela diminuição da influência da Petrobras e pela criação de um ambiente competitivo na oferta, contará com investimentos privados. Salomon, no entanto, defende o acesso a fontes de recursos semelhantes ao Brasduto - programa debatido no Congresso que, se for aprovado, permitirá que investidores usem o dinheiro do Fundo Social para construir gasodutos.

"Este fundo [o Brasduto] aumentará a comercialização do gás natural do pré-sal e criará a devida concorrência na oferta de molécula de gás natural", afirmou o presidente da Abegás.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Carro | Do Rio****Título: PIB do Rio cresce em 2018, após anos de retração**

Depois de três anos consecutivos de retração, a economia do Estado do Rio de Janeiro voltou a se expandir em 2018. O Produto Interno Bruto (PIB) fluminense cresceu 1,2% no ano passado, 0,1 ponto percentual acima do desempenho apresentado pela economia brasileira no período (+1,1%), de acordo com estimativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

A tendência é de que a pequena diferença entre a performance econômica do Rio de Janeiro e do Brasil se mantenha em 2019, projeta a Firjan. A federação estima que o PIB fluminense cresça 2,6% este ano, contra uma expansão de 2,4% em termos nacionais. Ambas as projeções levam em consideração a aprovação de uma reforma da Previdência abrangente, incluindo todas as esferas de governo.

A aprovação da reforma é vista pela entidade de classe como fundamental para o equilíbrio das contas públicas.

"O equilíbrio fiscal é capaz de mudar a confiança de empresários e consumidores", justifica Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan. Caso as reformas não saiam do papel, a expectativa da federação das indústrias é que a economia fluminense apresente crescimento de 1,4% neste ano.

Goulart lembra que, no começo do ano passado, os prognósticos para o PIB brasileiro eram de um incremento entre 2% e 2,5%. A frustração com a não aprovação da reforma acabou limitando a expansão da economia a 1,1%, compara o economista.

Em 2018, foram os setores de transformação (+2,6%) e serviços industriais de utilidade pública (+3%) que puxaram o avanço da economia do Rio de Janeiro. Essa categoria de serviços inclui telecomunicações e fornecimento de eletricidade e água, entre outros.

"O Rio de Janeiro demorou mais a se recuperar do que o Brasil, que já havia crescido em 2017, porque o cenário fiscal do Estado era mais complicado [na época]", afirma Goulart.

O gerente de Estudos Econômicos da Firjan lembra que a indústria de óleo e gás demorou a se recuperar, o que resultou num impacto direto sobre a arrecadação estadual, fortemente dependente de royalties e participações especiais.

Para este ano, as projeções indicam um incremento nas atividades da indústria extrativa mineral fluminense, puxado pelo segmento de óleo e gás, cuja expansão com a aprovação das reformas chegaria a 3,9%. O prognóstico positivo para o segmento petrolífero está relacionado - explica Goulart - à baixa base de comparação em 2018, ao maior dinamismo (com a retomada das atividades da Petrobras) e à normalização do preço do petróleo.

Em termos trimestrais, o PIB fluminense recuou 0,2% entre outubro e dezembro, na comparação com os três meses anteriores, na série com ajuste sazonal. De acordo com nota técnica divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, o resultado reflete a "desaceleração observada na indústria de transformação, devido à menor contribuição da indústria de veículos automotores, e no setor de serviços".

Na comparação com o quarto trimestre de 2017, observou-se expansão de 1,1% no Produto Interno Bruto do Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Ana Paula Machado e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Arrendamento de terminais portuários terá pouca disputa

O leilão de arrendamento de três terminais portuários para combustíveis marcado para sexta-feira não deve atrair muitos competidores. Os dois terminais do Porto de Cabedelo (PB) são áreas já existentes, e devem atrair distribuidores de combustíveis. O terminal de Vitória (ES) é uma área nova e, segundo especialistas, tem potencial para gerar competição. O leilão da quarta área prevista, também em Cabedelo, foi suspensa pela Justiça.

Ao menos três grupos de investidores entregaram propostas pelos ativos ontem, em sessão de habilitação na B3, entre 10h e 13h. Como cada grupo pode ter apresentado proposta por mais de um terminal, não se pode descartar a

competição, ainda que o entusiasmo do mercado em relação ao certame seja relativamente baixo.

Logo na abertura da sessão para recebimento de propostas, a comissão de organização do leilão foi surpreendida com um representante da Raízen, que informou que a Justiça deferiu liminar para suspender a oferta de uma das áreas de Cabedelo - que hoje é operada pela companhia.

Segundo a Raízen, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou o edital do certame considerando os bens da instalação portuária arrendada pela companhia como reversíveis. Como o mesmo tratamento não teria sido conferido à BR Distribuidora e à Transpetro (que operam os outros dois terminais ofertados), a companhia alegou que o edital não preservou o princípio da isonomia. O juiz Renato Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Civil da Seção Judiciária do Distrito Federal, acatou o argumento e deferiu a liminar.

Assim, os representantes da Antaq não puderam receber ofertas pelo terminal operado pela Raízen. Um dos proponentes presente na B3 entregou um volume de documentos e aguardou até o fim do prazo para tentar fazer uma oferta pelo terminal suspenso, mas foi informado pela comissão organizadora que a liminar impedia o recebimento de documentos.

Ontem, em evento da Cosan com investidores e analistas, o presidente da Raízen, Luiz Henrique Guimarães, afirmou que a empresa tem interesse em todos os ativos disponíveis no leilão desta semana. Ele não entrou em detalhes sobre o interesse. Segundo uma fonte, a Raízen estava negociando uma parceria com a BR para participar da disputa.

Os investimentos nos quatro terminais somam R\$ 199 milhões. O valor mínimo da outorga começará em R\$ 1,00. Segundo o governo, a contribuição inicial simbólica se justifica pela intenção de promover investimentos, melhorar a prestação dos serviços dos portos e obter a redução dos custos logísticos, e não na acumulação de recursos no caixa da União.

O secretário nacional de Portos, Diogo Piloni, participou ontem da abertura da Intermodal, feira de transporte e logística, e comentou que o terminal de granel líquido de Vitória deve ser o empreendimento mais atrativo do certame. "Os de Cabedelo são terminais menores que, em conjunto, são importantes regionalmente. São menores com pequenos investimentos, não são terminais que mobilizam muito o mercado. O de Vitória já é um outro caso. Esperamos ter um grande número de concorrentes, pelo menos, uns quatro ou cinco neste leilão."

A expectativa, conforme Piloni, é de grande interesse por parte dos investidores pelo leilão. "Temos grupo chinês e um argentino que nos procuraram, isso em grânéis líquidos de forma geral. O mercado de distribuição de combustíveis é mais ou menos concentrado e a entrada de novos 'players' para nós é sensacional."

O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, também acredita numa procura maior pelo terminal de Vitória. "Com toda certeza tem mais atratividade para o investidor. Em Cabedelo, teve estudos do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) mostrando a viabilidade, mas não é como o porto capixaba".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Concessionária da Cosan vai disputar leilão da Norte-Sul

A Rumo, maior operadora logística de base ferroviária do país, vai disputar o leilão da Ferrovia Norte-Sul, marcado para o dia 28. Segundo o presidente da Cosan, Marcos Lutz, a controlada fará uma proposta pela concessão do trecho de pouco mais de 1,5 mil quilômetros entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP), com valor mínimo de outorga de R\$ 1,353 bilhão. Não está claro, porém, se o valor que deve ser ofertado é competitivo.

"Vamos fazer uma oferta. Se vai ser competitiva, é outra história", disse Lutz, após as apresentações do Cosan Day, realizado ontem em São Paulo. Por ter a maior malha ferroviária do país, para a Rumo, olhar o ativo é visto como obrigação. O edital, que recebeu uma série de questionamentos, está sendo estudado "profundamente".

De acordo com o presidente da Rumo, Júlio Fontana, a companhia recebeu na sexta-feira à noite um caderno com algumas centenas de páginas com respostas a questionamentos sobre o edital, apresentados por interessados no certame. "Há alguns problemas", observou. Ainda assim, a concessionária apresentará sua oferta. "Talvez não seja competitiva", reiterou Lutz.

A alguns dias de transferir a presidência da Rumo para João Alberto Fernandez de Abreu, Fontana disse que o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) manterá a expansão de dois dígitos nos próximos anos, referindo-se à projeção de alta média anual de 15% até 2023. Com essa taxa, o

Ebitda alcançará algo entre R\$ 6,2 bilhões e R\$ 6,9 bilhões naquele ano, frente ao intervalo de R\$ 3,85 bilhões a R\$ 4,15 bilhões estimado para 2019.

A projeção para os resultados, porém, foi ofuscada pelo programa de investimentos anunciado ontem. Para o intervalo de 2019 a 2023, a companhia prevê desembolso total de R\$ 13 bilhões a R\$ 15 bilhões. Somente neste ano, serão investidos de R\$ 2 bilhões a R\$ 2,2 bilhões, acima do que o mercado esperava - como resultado, as ações da Rumo fecharam o dia em baixa de 4,89%, a R\$ 19,46.

O orçamento apresentado ontem inclui a adoção de trens de 120 vagões na operação Norte, em lugar de trens com 80 vagões como ocorre hoje. Essa mudança elevará em 50% a capacidade ferroviária, com ganho de produtividade, competitividade e eficiência de custos, conforme Beto Abreu.

O investimento faz parte de um projeto maior para a operação Norte, cujo foco é a produção de grãos em Mato Grosso e é a grande aposta da Rumo. Nos próximos dez anos, comentou Abreu, haverá crescimento relevante dos volumes produzidos no Estado e 70% seguirá sendo exportado. "Aí está a grande oportunidade de crescimento", disse. Para fazer frente a essa expansão, investimentos em capacidade operacional serão elevados. Após o lançamento da pedra fundamental do terminal em Sorriso (MT), a companhia investirá em extensão da Malha Norte. Esse projeto, porém, depende da aprovação final da Malha Paulista.

Além do leilão da Norte-Sul, a Cosan estará na disputa dos terminais portuários que serão licitados nesta sexta-feira na B3. Segundo o presidente da Raízen, Luiz Henrique Guimarães, a empresa tem interesse em todos os ativos que estiverem disponíveis - são três terminais no Porto de Cabedelo (PB) e um em Vitória (ES), mas a companhia obteve uma liminar que suspende a disputa por um dos terminais de Cabedelo. A joint venture entre Shell e Cosan também tem interesse em terminais dedicados a combustíveis em Belém (PA), que serão leiloados em abril.

Segundo Lutz, a estratégia de longo prazo da Cosan ainda é a de ter uma única holding, abaixo da qual aparecem as empresas operacionais, listadas em bolsa. Mas não há previsão de quando essa estrutura será alcançada. Hoje, existem três: além da Cosan S.A, a CZZ e a Cosan Logística. "O prazo para chegar lá, não sei dizer. Mas vamos dando passos nessa direção".

Ele defendeu ainda a estratégia de alocação de recursos na recompra de ações de empresas do grupo. "Se houver um ativo mais atrativo do que a minha própria ação, vamos olhar essa aquisição", ponderou. Um processo de venda de refinarias da Petrobras, por exemplo, será acompanhado. A princípio, contudo, não haveria interesse nesses ativos. Em 2019, o Ebitda consolidado da Cosan S.A. deve ficar entre R\$ 5,6 bilhões e R\$ 6 bilhões, ante R\$ 5,1 bilhões em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Mercado doméstico de combustíveis está se recuperando, diz Raízen

O mercado doméstico de combustíveis voltou a responder após as eleições e há recuperação na demanda no início de 2019, de acordo com o presidente da Raízen, Luiz Henrique Guimarães. "Há melhora grande em janeiro e fevereiro. Vemos recuperação em relação ao ciclo Otto [gasolina e etanol] e, principalmente, em diesel", disse.

A melhora no fim do ano passado ajudou a mitigar o impacto da greve dos caminhoneiros na operação, cujas perdas chegaram a R\$ 200 milhões. Em 2018, a demanda no ciclo Otto caiu 3,1%, diante da alta de preços e da continuidade do desemprego. Por sua vez, o consumo de diesel subiu 1,6% após dois anos de retração.

Para 2019, a Cosan projeta para a Raízen Combustíveis no Brasil resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 2,9 bilhões a R\$ 3,2 bilhões, comparável a R\$ 2,8 bilhões no ano passado. Os investimentos devem crescer ligeiramente, com volume de recursos similar ao aplicado no ano passado para ampliar capacidade de armazenamento.

Para Guimarães, a entrada de novos competidores no setor de combustíveis, como Vitol e PetroChina, é notícia positiva. "O mercado é extremamente competitivo. Mas a entrada dessas empresas traz competidores que jogam um jogo parecido com o nosso. Ou seja, pagam impostos, têm ética e têm qualidade", disse. Ele ressaltou que essas empresas vão investir e comprar ativos, se quiserem crescer. "Vai dar trabalho, porque competidor bom dá trabalho. Mas não tenho medo. Tenho medo do pilantra, que não paga imposto".

Os ativos comprados na Argentina no ano passado, conforme o executivo, são de excelente qualidade e há sinergias a serem geradas, além de oportunidade de expansão dos negócios de conveniência e trading. O primeiro trimestre de

gestão dos ativos, iniciado em outubro, foi difícil por causa da crise econômica enfrentada pelo país vizinho, mas já se nota melhora. "O trimestre que se encerra em março já deve estar dentro da rentabilidade que a gente imagina para o período", afirmou.

Para 2019, a Cosan projeta para a Raízen Argentina Ebitda de US\$ 210 milhões a US\$ 260 milhões e investimentos de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Assim, considerando-se os resultados no Brasil e na área de Raízen Energia, a Raízen será uma empresa com Ebitda consolidado de R\$ 7,5 bilhões entre 2019 e 2020.

A Raízen Combustíveis, já considerando a Argentina, teve receita líquida consolidada de R\$ 85,2 bilhões no ano passado.

Ao falar sobre o projeto de empresa integrada de energia da Raízen, o executivo elencou as iniciativas adotadas no ano passado, entre as quais a joint venture com a WX na área de trading de energia elétrica, o primeiro projeto em energia solar e a aposta em biogás. "Estamos posicionados de fato para pegar a onda da revolução que está acontecendo, onde for", disse.

Guimarães afirmou ainda que o futuro será diferente em termos de mobilidade, não só por causa das outras fontes de energia mas pelos diferentes modelos, como o compartilhado, mas há obstáculos a serem percorridos no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale pode retomar Brucutu

A Vale informou que a 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte autorizou a retomada das atividades da barragem Laranjeiras e do complexo minerário de Brucutu, em Minas Gerais. Apesar da decisão, a companhia informou que as operações permanecem paralisadas aguardando os desdobramentos da referida decisão judicial no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (SEMAD), que foi intimada da decisão. As operações da barragem de Laranjeiras e do complexo de Brucutu foram paralisadas pela Justiça no começo de fevereiro, após acatar pedido do MP-MG para suspender as operações de oito barragens no Estado. A mina, uma das principais da Vale em Minas Gerais, produz 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Eletrobras adia balanço

A Eletrobras adiou a data de divulgação dos resultados relativos ao quarto trimestre e de 2018 para 27 de março. Originalmente, os dados seriam apresentados no dia 25. A companhia divulgou que a decisão foi tomada em função da extensão das discussões e entendimentos para a aplicação das novas normas contábeis, especificamente a IFRS 9 e a IFRS 15. Com a decisão, a teleconferência com analistas para discutir os resultados foi marcada para o dia 28, às 14h.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Competição é chave para setor de gás, diz especialista

Com um dos maiores preços de gás natural do mundo, inclusive na América do Sul, o Brasil deve trabalhar para aumentar a oferta da commodity. Mais do que ajustes na regulação, o país precisa fomentar a competição para derrubar os preços do gás, defende Alvaro Rios, sócio diretor da consultoria Gas Energy Latin America e ex-ministro de Hidrocarburos da Bolívia (entre 2003 e 2004).

A chamada pública aberta pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) é importante nesse contexto. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou, no início do mês, a minuta do edital da chama pública para contratação de 18 milhões de metros cúbicos diários de capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), cujo contrato atual, com a Petrobras, vence em dezembro.

Será uma oportunidade para a entrada de novos carregadores de gás natural. "A única forma de se reduzir custos é com aumento da competição, aumento da oferta de gás. Agora, o Cone Sul está mudando de um 'sellers market' para um 'buyers market', e o Brasil precisa aproveitar a oportunidade e abrir seus dutos", diz Rios, em entrevista concedida ao **Valor**. O especialista esteve em São Paulo para discutir o mercado de gás natural a convite da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace).

Segundo levantamento da Abrace, o preço médio do gás natural para a indústria no primeiro semestre de 2018 no Brasil foi de US\$ 10,85 por milhão de BTU. O patamar está muito acima do pago na Bolívia, de US\$ 2,13 por milhão de BTU, e também superior ao México (US\$ 5,16 por milhão de BTU) e Argentina (US\$ 4,49 por milhão de BTU).

Segundo Rios, um dos principais motivos que leva ao descolamento entre o custo no Brasil e no restante da América do Sul é o monopólio exercido pela Petrobras.

Com a iminência do fim do contrato com a estatal, a chamada pública da TBG é um primeiro passo para que o gás da Bolívia seja contratado diretamente por investidores, como operadores, geradores termelétricos e empresas privadas. É o caso da Shell, que assinou um memorando de entendimento com a estatal boliviana YPFB no fim do ano passado, a fim de estabelecer no futuro um contrato de importação de gás natural no Brasil. Além do gás da Bolívia, o Brasil deve aproveitar a oferta de gás extraído do pré-sal e também manter importações de gás natural liquefeito (GNL).

"A única forma de acabar com os preços altos é a introdução da competição. A Petrobras pode competir, mas não deveria ser a única interessada", diz Rios, se referindo à participação da estatal na chamada pública da TBG. Para ele, quando há apenas uma empresa dominando o mercado, o regulador precisa ser forte. "Nesse caso, é preciso reduzir um pouco a regulação e deixar o mercado funcionar com mais vendedores privados", afirma.

Podem demonstrar interesse na chamada pública operadoras de termelétricas, outras petroleiras (como o caso da Shell) e até mesmo consórcios de grandes consumidores, segundo o especialista. "O Brasil está tentando tomar a direção da competição." Ao mesmo tempo em que o país precisa de mais oferta para fomentar a competição e reduzir os preços, a Bolívia precisa acomodar sua produção, o que contribui para o fechamento desses acordos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | De Macaé (RJ)

Título: Mudança na BR aponta para nova oferta de ações

Com a troca de comando da BR Distribuidora, a Petrobras sinaliza ao mercado que prepara o terreno para uma possível oferta secundária de ações de sua controlada, segundo fonte da administração da estatal. Rafael Grisolia assumirá a BR com a experiência de quem, há dois anos, coordenou o processo de IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês) da distribuidora, numa operação que rendeu à petroleira cerca de US\$ 1,5 bilhão.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já manifestou a intenção de reduzir a fatia da companhia no capital da BR - hoje em 71,25%. Uma das alternativas avaliadas pelo executivo é a oferta secundária das ações da empresa.

O movimento vem em linha com o desejo de Castello Branco de intensificar a venda de ativos da estatal. Na sexta-feira, o executivo afirmou que os desinvestimentos da empresa poderão atingir US\$ 40 bilhões em 12 meses. Foi a primeira vez que ele sinalizou ao mercado o quanto pretende levantar com a venda de ativos.

Até então, ele vinha relutando em apresentar uma estimativa de desinvestimentos. Há três semanas, ao ser questionado por jornalistas se pretendia aumentar a meta de venda de ativos prevista no plano de negócios 2019-2023, de US\$ 26,9 bilhões, Castello Branco, disse que qualquer estimativa seria algo no "plano das ideias" e que seria o mercado que determinaria os valores. A BR é um dos principais pilares do plano de desinvestimentos, ao lado de ativos como as refinarias, a Transportadora Associada de Gás (TAG) e a Braskem.

Na troca de comando anunciada pela Petrobras, Grisolia deixa a diretoria financeira e de relações com investidores da petroleira, que ocupava desde que Ivan Monteiro, em meados de 2018, foi efetivado presidente da empresa. Antes de ser transferido para a controladora, o novo presidente da BR foi diretor financeiro da distribuidora. Agora, assumirá o comando da empresa no lugar de Ivan de Sá, que retomará a carreira na Petrobras, "onde atuou durante 30 anos, ocupando diversas funções executivas", informou a estatal, em nota.

No lugar de Grisolia na diretoria financeira da estatal entrará Andrea Almeida, ex-CFO da Vale Canada e hoje gerente executiva de Tesouraria Global da mineradora.

Antes de chegar a BR, Grisolia foi diretor financeiro da Inbrands, empresa do setor de modas que, durante sua gestão, se preparou para um IPO em 2015 - a companhia, no entanto, desistiu da operação. O novo presidente da BR é visto também como conhecedor do mercado de óleo e gás. Ele tem 20 anos de experiência no setor de combustíveis, com passagens pelas áreas financeiras da Esso e Cosan Combustíveis e Lubrificantes.

Também foi diretor financeiro do grupo Trigo (dona das marcas Spoleto, Koni e Domino's Pizza) e diretor de relações com investidores da Cremer, fabricante de itens hospitalares e de higiene pessoal. Ele é engenheiro de produção pela UFRJ, com MBA pelo Instituto de Pós Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ (Coppead).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/03/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | De Macaé (RJ)****Título: Shell planeja iniciar perfuração de novas áreas no pré-sal neste ano**

Depois de investir R\$ 2,17 bilhões na aquisição de ativos nos leilões dos últimos dois anos, a Shell planeja começar, ainda neste ano, a perfurar seus primeiros poços nas áreas recém-adquiridas. O ano de 2019 marca não só o início de um novo ciclo de exploração da companhia, como também promete uma agenda cheia de novas oportunidades de expansão de seus negócios no Brasil.

Em fevereiro, a empresa anunciou a sua estreia no setor de energia, ao entrar com uma fatia de 29,9% no consórcio responsável pela construção da termelétrica a gás de Marlim Azul (565 megawatts), em Macaé (RJ), ao lado de Pátria Investimentos e Mitsubishi. A unidade consumirá o gás natural da Shell nos campos do pré-sal. Agora, a petroleira avalia oportunidades nos mercados de gás e nos leilões de áreas exploratórias.

No segmento de exploração e produção de óleo e gás, o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, disse que o plano da empresa é perfurar quatro poços em 2019. A campanha exploratória inclui poços nas áreas de Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste, ambos no pré-sal da Bacia de Santos, e poços também na revitalização de campos maduros.

Nesse sentido, a empresa já iniciou as atividades no Parque das Conchas, no pós-sal da Bacia de Campos. O objetivo é perfurar dois poços, em busca de novas descobertas, para, assim, estender a vida útil da área. "Vamos tentar extrair um pouco mais do que já tem lá [de óleo]. As novas tecnologias de exploração e avaliação de reservatório nos tem dado um pouco mais de confiança [para estender a vida útil do campo]", disse o executivo ao **Valor**, após participar do evento de pré-estreia da feira Brasil Offshore, em Macaé.

A ideia é replicar os investimentos nos campos de Bijupirá-Salema, na Bacia de Campos, onde a petroleira conseguiu estender a vida útil da concessão em cinco anos, para entre 2022/2023.

Questionado sobre a possibilidade de vender campos maduros para se concentrar no pré-sal, Araujo disse que "está bem" com o atual portfólio. "Nós últimos três anos o grupo Shell concluiu uma meta de desinvestimentos de US\$ 30 bilhões, fixada em 2015. Nós [a divisão da empresa no Brasil] demos nossa contribuição com a venda da Comgás ", disse.

A Shell é a segunda maior produtora de óleo e gás do país, atrás apenas da Petrobras. A multinacional produz cerca de 330 mil barris/dia de petróleo e 13 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Araujo destacou que a petroleira olha com atenção para o segmento de gás e que a geração de energia não é a única opção de monetização do gás do pré-sal avaliada pela companhia.

"Temos como missão encontrar um destino para o gás que vamos produzir. Estamos olhando o uso em veículos pesados, a injeção na rede [de gasodutos], o trabalho conjunto com as distribuidoras e o diálogo com as empresas consumidoras que tem interesse em entender a dinâmica do mercado de gás", comentou.

No fim do ano passado, a Shell assinou memorando de entendimentos com a boliviana YPFB para importar 4 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás até 2022 e 10 milhões de m³ /dia a partir dessa data. A empresa acredita que tem a chance de celebrar contratos com as distribuidoras, que farão neste ano uma chamada pública conjunta para aquisição de gás.

"Provavelmente a gente vai estar lá, mas o resultado só vamos saber no final", disse o executivo, sobre a participação na chamada pública.

Pelo histórico recente de aquisições no país, a Shell desponta como uma das candidatas a participar dos novos leilões de áreas exploratórias marcados para 2019, sendo o principal deles a licitação dos excedentes da cessão onerosa. Sobre o assunto, Araujo disse que a companhia ainda aguarda a publicação do edital da licitação.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/03/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério cai

Os preços do minério de ferro tiveram queda ontem de 1,17% no porto de Qingdao, para US\$ 87,23 a tonelada, de acordo com a publicação "Fastmarkets MB". Na segunda-feira, a commodity havia subido 2%, para US\$ 88,26 a tonelada. As cotações se referem ao minério com teor de ferro de 62%. Na sexta-feira, a 2ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto determinou a suspensão

das atividades na barragem Doutor, da Mina da Timbopeba, com impacto de 12,8 milhões de toneladas por ano na produção.

BP no pré-sal

A petroleira britânica BP espera começar a sua primeira campanha exploratória no pré-sal, como operadora, entre 2021 e 2022, disse ontem o presidente da BP Energy no Brasil, Adriano Bastos. Segundo ele, a ideia é começar as perfurações em Pau Brasil, na Bacia de Santos. Nos últimos dois anos, a companhia investiu R\$ 1,47 bilhão, em bônus de assinatura, na aquisição de seis blocos exploratórios nas bacias de Campos e Santos, sendo quatro deles dentro do polígono do pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Siderúrgicas abrem rodada de reajuste de preços no ano

As quatro siderúrgicas que fabricam aços planos no país definiram seu primeiro aumento de preços do ano: as novas tabelas vão ser reajustes entre 8,5% e 15%. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai sair na frente das concorrentes. Seus novos preços entram em vigor no dia 25 deste mês. Laminados a quente e a frio terão alta de 15%. Já os produtos revetidos (zincados, pré-pintados e galvalume) subirão 10%.

Os argumentos para o aumento são uma diferença negativa (prêmio) entre o produto importado e o local que ficou negativa em até 10%. Os preços do aço lá fora tiveram altas substanciais nos últimos meses e o câmbio no país manteve-se acima de R\$ 3,70.

A Usiminas vai reajustar, a partir de 1º de abril, a chapa grossa e os laminados a quente e a frio em 10%. O tipo galvanizado subirá 15%. Na mesma data, a Gerdau vai promover aumento de 10,5% para sua chapa grossa e 14,5% para o laminado a quente, de acordo com informações de clientes do setor da distribuição.

Por sua vez, a ArcelorMittal Tubarão, também no início de abril, aumentará seu produto galvanizado em 8,5%, a bobina a frio em 10% e o laminado a quente em 12,5%.

Outro fator que pesado no custo das siderúrgicas, e usado como justificativa para reajustes de preços, é a cotação do minério de ferro. Neste ano, até

segunda-feira, a commodity industrial já teve aumento de 21%. Grande parte disso se deve à redução da oferta pela Vale no mercado internacional após o fechamento de minas por causa do desastre da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro.

O mercado de aço no país mantém-se com certo aquecimento neste início de ano. A distribuição de aços planos, um importante termômetro da demanda no mercado nacional, registrou aumento de 19,3% nas vendas, na comparação com fevereiro de 2018, segundo dados preliminares divulgados ontem Inda, entidade que reúne as distribuidoras.

Conforme o Inda, no mês passado foram comercializadas 309,8 mil toneladas. Perante janeiro desde ano, que também foi um mês morno, representou aumento de 16,8%. Um tanto estocadas, as distribuidoras pisaram o pé no freio das compras e reduziram seus pedidos: ante um ano atrás, compraram 7,1% a menos nas usinas, com 240 mil toneladas. Frente a janeiro passado, o decréscimo foi de 17,3%. Os estoques fecharam em 893,3 mil toneladas, menos 7,3%.

As perspectivas do setor para março não são muito animadas. A posição dos associados do Inda são conservadoras: aponta queda de 5% no volume de vendas.

A importação de aços planos laminados no mês passado registrou crescimento de 54,8% sobre fevereiro de 2018, com 94,18 mil toneladas. No acumulado do ano, porém, a alta é de apenas 2,2%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Raízen Energia projeta avanço e ampliação dos investimentos

A Raízen Energia, joint venture entre Cosan e Shell, projetou ontem, em apresentação da Cosan a analistas e investidores em São Paulo, que sua moagem de cana deverá alcançar entre 61 milhões e 63 milhões de toneladas na safra 2019/20, que terá início em abril. A "banda" estimada para a moagem significa um aumento de 2,15% a 5,4% na comparação com o volume registrado na temporada 2018/19, de 59,8 milhões de toneladas. A empresa também informou que vai ampliar os investimentos, que poderão alcançar quase R\$ 3 bilhões.

Mesmo com o aumento da moagem, a empresa ainda não ocupará no próximo ciclo sua capacidade total de moagem, que é de 67 milhões de toneladas. Segundo João Alberto Abreu, vice-presidente de Etanol, Açúcar e Bioenergia da Raízen Energia, isso só deverá acontecer em 2022/23, duas safras depois do programado inicialmente. "Atrasamos esse processo em função do clima nos últimos dois anos. A expectativa era atingir essa capacidade em 2021", afirmou ele a jornalistas.

Segundo Abreu, o plantio da cana realizado no inverno foi prejudicado nas últimas safras tanto por excesso como por falta de chuvas. Na safra 2019/20, a empresa, com 26 usinas, manterá hibernadas as duas unidades que tiveram as atividades suspensas em 2018/19, dado o foco na recuperação dos ativos adquiridos da Tonon, há dois anos.

A Raízen Energia pretende investir entre R\$ 2,7 bilhões e R\$ 2,9 bilhões em 2019/20, ante entre R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,7 bilhões em 2018/19. Em boa medida, esse incremento se justifica pelos aportes para elevar a produtividade dos canaviais adquiridos com as usinas da Tonon. Outra parte do aumento será destinada ao plantio, para reduzir a idade média dos canaviais da companhia, de acordo com o CEO Luiz Henrique Guimarães.

Na apresentação, Guimarães disse que a empresa já sabia que os canaviais da Tonon não tinham "a produtividade que precisava". Além disso, a Raízen Energia vinha reduzindo sua taxa de renovação de canaviais nos ciclos anteriores por causa do custo considerado elevado, o que aumentou a idade das lavouras, reduzindo sua produtividade.

Com a retomada de investimentos prevista para 2019/20, a companhia deverá elevar sua área total de plantio de 84 mil hectares para 105 mil, e a idade média dos canaviais deverá diminuir de 3,8 anos para 3,4 anos. Com o desejado aumento de produtividade, o objetivo é ocupar a capacidade ociosa e reduzir custos que aumentaram neste ciclo em virtude da quebra de safra.

Conforme Guimarães, a Raízen Energia pretende reduzir seu custo médio de produção para 10,5 centavos de dólar a libra-peso por tonelada de cana processada - "ou quem sabe até abaixo disso". O CEO afirmou que a companhia já conseguiu reduzir o custo de 12,1 centavos de dólar a libra-peso, na safra 2014/15 (resultado ajustado), para 10,9 centavos de dólar nesta safra 2018/19.

Marcos Lutz, CEO da Cosan Limited, controladora da Cosan, reforçou que a prioridade da Raízen Energia é elevar a eficiência. "Para um produtor de commodity, nada mais importante do que ser o produtor mais eficiente", afirmou ele, também durante o Cosan Day.

Sobre os planos para 2019/20, Guimarães mencionou, ainda, que a poderá haver "investimentos em ativos específicos" para fortalecer a ação de trading. Segundo ele, a companhia já atua na comercialização de todos os segmentos em que atua, de combustíveis fósseis e etanol até açúcar e energia elétrica, e a estrutura para a área deve ser fortalecida.

Ele destacou os aportes iniciados nesta safra para melhorar a comercialização de açúcar, como novos armazéns. "Desde a formação da Raízen, havia uma capacidade muito pequena para armazenar. Chegava julho a setembro e éramos obrigados a escoar o açúcar", disse.

"Conforme aumenta nossa capacidade estática de armazenagem, aumenta nossa capacidade de trading. O contrato [do açúcar demerara em Nova York] para março sempre paga mais que o outubro. O 'carry' [custo de carregamento] se paga facilmente, além da facilidade para avançar ou retardar a venda", disse.

Na próxima safra, a empresa deverá investir "quase o equivalente" ao que aportou em 2018/19 em armazenagem, e espera construir espaço para estocar cerca de 50% da produção.

Com os armazéns, a Raízen Energia também espera melhorar o atendimento aos clientes domésticos, como indústrias de alimentos, sobretudo na entressafra. E Guimarães disse que a companhia está atenta a outros produtos, como "açúcares menos açucarados e fragrâncias". De acordo com ele, a empresa aumentou sua estrutura de trading de etanol, com construção de tanques de armazenagem na Califórnia e "novas posições" na Ásia.

A empresa informou que já fixou as vendas para exportação de mais de 60% de sua produção de açúcar esperada para a safra 2019/20 a um valor 15% superior ao da safra passada. Em parte por isso, a Raízen Energia projetou que seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) alcançará de R\$ 3,4 bilhões a R\$ 3,8 bilhões na próxima safra, ante de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,2 bilhões em 2018/19. A companhia alertou que as projeções apresentadas não levam em consideração a norma contábil IFRS, que será adotada a partir de abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Petrobras recompra bônus

A Petrobras aceitou US\$ 1,440 bilhão na oferta de recompra do seu bônus para 2023 e cupom de 4,375%. Há também um valor adicional de US\$ 31,959 milhões ainda sujeito a validação, de acordo com os termos da operação. O valor do principal devido nesse título é de US\$ 3,117 bilhões. A Petrobras tem ainda outra recompra em aberto, para nove bônus externos, que será feita no estilo "waterfall", com uma ordem determinada de prioridade. **(Álvaro Campos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Neoenergia sonda bancos para retomar IPO

O grupo Neoenergia, controlado pela gigante espanhola Iberdrola, retomou as conversas com os bancos para fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), apurou o **Valor**. Como a companhia já divulgou o resultado de 2018, um lucro de R\$ 1,6 bilhão, tudo indica que a empresa utilizará os dados do primeiro trimestre de 2019 para suportar a operação.

Segundo fontes próximas do assunto, o trabalho ainda está em estágio preliminar. O pontapé inicial foi dado na semana passada, quando os acionistas da empresa decidiram pela retomada do IPO. Na ocasião, a Neoenergia divulgou fato relevante informando que "iniciará a realização dos estudos e a condução dos trabalhos preparatórios" para a potencial oferta.

Além da Iberdrola (que possui 52,45% da Neoenergia), os demais acionistas são o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), com 38,21%, e o próprio Banco do Brasil (BB), com 9,34%.

O pedido para retomar os estudos sobre o IPO partiu da Previ e do Banco do Brasil. No papel de controladora, a Iberdrola aceitou o pedido, conforme determinado no acordo de acionistas.

Ao **Valor**, o diretor de investimentos da Previ, Marcus Moreira, reiterou que o fundo vem buscando o momento certo para retomar o IPO desde que a emissão foi cancelada em 2017. "Se tivermos boas condições, iremos a mercado", disse Moreira, sem determinar um prazo para isso. "Continuamos monitorando e conversando com bancos e sócios para identificar o melhor momento para a operação vir a mercado", acrescentou ele.

Em outubro de 2018, o presidente da Previ, José Maurício Coelho, havia afirmado que a emissão da Neoenergia poderia ser uma "possibilidade concreta" a partir do primeiro trimestre de 2019.

A Neenergia se preparava para realizar um IPO no fim de 2017, mas cancelou a emissão. Na época, o **Valor** noticiou que os acionistas decidiram não levar adiante a operação pelo fato de a oferta não ter atraído a demanda para os papéis na faixa de preços indicada, de R\$ 15,02 a R\$ 18,52. A operação ocorreria em meio a emissões da BR Distribuidora, Burger King e Carrefour.

Na Neoenergia, os trabalhos visando o novo IPO passarão pelas mãos de Leonardo Gadelha, que assumiu esta semana a diretoria financeira e de relações com investidores (RI) da Neoenergia. Formado em engenharia de produção, ele tem experiência de 25 anos em finanças em bancos e empresas como J.P. Morgan, Vale e Tupy, tendo ocupado nos últimos 12 anos posições de diretor financeiro e de RI.

O grupo atua em todos os segmentos da indústria de energia no Brasil. No país, a principal atividade é no setor de distribuição, com quatro distribuidoras - Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS) - e um total de 13,7 milhões de clientes. Em geração, entre ativos em operação e construção, a companhia possui 4.514 megawatts (MW) de capacidade.

No segmento de transmissão, entre ativos em operação e construção, a companhia tem um portfólio total de 5.332 km de linhas de transmissão em circuitos e 46 subestações de transmissão. Em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos últimos dois anos, a companhia arrematou lotes de obras de transmissão com volume de investimentos estimado de R\$ 8,9 bilhões e um incremento de receita anual permitida (RAP) de R\$ 788 milhões.

Procurada, a Neoenergia não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Previ vê momento para vender ativos

Com o Ibovespa na casa dos 100 mil pontos, aumentam as oportunidades de vendas de ativos para a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que tem R\$ 90 bilhões aplicados em renda variável apenas no Plano 1, de benefício definido. A estratégia é reduzir a concentração no segmento, que hoje responde por quase 50% dos investimentos, mas não será fácil a missão de reaplicar o dinheiro, em meio a ações mais caras e menor atratividade dos títulos de renda fixa.

Em 2018, os desinvestimentos em bolsa foram da ordem de R\$ 8 bilhões no Plano 1. Já em 2019, a intenção é pelo menos repetir esse número. "Ano passado ficou dentro do planejado. O Plano 1 é maduro e nossa perspectiva é de desinvestimento ao longo do tempo, isso não muda. O que não quer dizer que não vamos fazer novos investimentos", disse o presidente da fundação, José Maurício Coelho.

Além da venda de CPFL Renováveis - em uma etapa já prevista dentro da venda da CPFL Energia -, a Previ vendeu fatias de participações que tinha em empresas como Banco do Brasil e Petrobras. Em 2018, as novas aplicações em ações chegaram a R\$ 700 milhões. A meta é chegar em 30% de renda variável até 2025, partindo da fatia atual de 50%.

O reinvestimento é um desafio diante do alto patamar da bolsa e menor atratividade da renda fixa, por causa dos juros mais baixos. A entidade tem um elevado fluxo de pagamentos de benefícios, de quase R\$ 12 bilhões por ano. "A velocidade da venda tem de estar casada com a oportunidade de reinvestimento e o fluxo de pagamento de benefícios. Para acelerar um pouco mais a venda, temos de ter onde realocar", diz o diretor de investimento, Marcus Moreira.

De um lado, os títulos públicos federais atualmente disponíveis estão com rentabilidade abaixo da meta atuarial. Já o crédito privado ainda não retomou a velocidade esperada, o que depende da reforma da Previdência.

O maior desafio para a Previ é a venda da fatia na Vale, avaliada em mais de R\$ 45 bilhões em dezembro. Todo dinheiro está alocado no Plano 1, composto em sua maioria por aposentados. O investimento é feito por meio da Litel, veículo que detém a participação ao lado de outras fundações.

A Previ, que tem 80% da Litel, recebeu no ano passado mais R\$ 1,3 bilhão em ações da Vale, dentro do processo de migração para o Novo Mercado. O fundo chegou a ensaiar uma venda de parte da sua fatia na mineradora, entre dezembro e janeiro, antes do rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Quando ocorreu a tragédia, a ação da Vale valia cerca de R\$ 56 e as perdas da Previ, considerando o valor a mercado, chegaram a R\$ 13 bilhões na segunda-feira seguinte. O papel já se recuperou de parte das perdas, que agora representam um impacto negativo de cerca de R\$ 5 bilhões para a Previ. Desde setembro, a contabilização da Litel passou a ser mensal, determinada a partir de uma média ponderada das cotações do trimestre anterior.

"Não tem preço definido para a venda [de Vale]. Monitoramos muito as condições de mercado e as perspectivas de curto, médio e longo prazos. O

desinvestimento de Vale certamente não será apenas uma operação. Serão algumas operações e teremos de ver depois se fazemos juntos com as outras fundações ou separado", disse Moreira. As discussões perderam um pouco de intensidade por causa do rompimento da barragem. "Vamos monitorar o preço, a reação do mercado e o momento mais adequado".

A Previ anunciou na semana passada um superávit de R\$ 6,5 bilhões em 2018 e iniciou uma série de apresentações a participantes em 15 capitais, uma espécie de road show anual. Na apresentação do Rio, participaram cerca de 200 pessoas que fazem parte do Plano 1- os eventos do Previ Futuro, de contribuição variável, são separados.

Os participantes questionaram a Previ sobre a aplicação em ações da Vale, além de assuntos como redistribuição dos resultados, privatização do Banco do Brasil e influência do governo sobre o fundo de pensão. Também apresentaram dúvidas sobre o plano Previ Família, voltado aos familiares dos associados.

Em uma pesquisa com os participantes, a Previ verificou que 90% dos 10 mil respondentes demonstraram interesse de que seus familiares façam parte do novo plano, com contribuições de R\$ 250 a R\$ 300. A ideia é que possam entrar parentes de até terceiro grau, mas o assunto ainda deverá ser aprovado pelo conselho deliberativo. "Vemos o Previ Família como um grande avanço. Espero que até o fim do ano estejamos com o plano rodando", afirmou o diretor de seguridade, Marcel Barros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Energia solar cada vez mais competitiva

Embora pudesse ter avançado mais, não fosse o cancelamento de leilões em 2016, a energia solar fotovoltaica tem crescido no Brasil, tornando-se hoje um dos setores mais atraentes para investimentos. Como informa a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), esse tipo de energia atingiu há pouco a marca de 2.056 megawatts (MW) de potência instalada operacional, o equivalente a 1,2% da matriz elétrica do País, superando a energia nuclear (1.990 MW), suprida pelas usinas de Angra I e Angra II.

O País possui atualmente 73 usinas solares fotovoltaicas de grande porte, que carrearam investimentos de mais de R\$ 10 bilhões, hoje em operação em nove Estados das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte do País. Os investimentos podem crescer muito mais com o manifesto interesse de empresas nacionais e

internacionais em participar dos seis leilões de energia nova a serem realizados entre 2019 e 2021, segundo foi divulgado pelo **Ministério de Minas e Energia**. Independentemente desses certames, pequenas empresas e particulares se movimentam para investir nesta área com vistas a poupar gastos com energia.

Uma startup japonesa, em parceria com uma empresa nacional, por exemplo, anunciou, no final do mês passado, a construção de uma pequena unidade solar, com capacidade de 1,1 MW, em Brasília. Iniciativas como esta já são bastante comuns também no agronegócio. Na realidade, avanços tecnológicos têm favorecido a competitividade de usinas solares fotovoltaicas de grande porte, permitindo fortes reduções de preços, e não só em relação a combustíveis fósseis. As usinas solares, afirma a Absolar, estão em condições de ofertar energia elétrica a preços médios inferiores aos praticados por outras fontes renováveis, como biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

As maiores queixas dos empreendedores estão ligadas às altas tarifas alfandegárias para importação de matéria-prima necessária para produção de módulos fotovoltaicos, o que onera demasiado os custos de construção de usinas. Segundo empresários, isso acaba prejudicando a indústria nacional, já habilitada a fabricar todos os equipamentos utilizados. Espera-se que, com a abertura comercial, que consta do programa econômico do atual governo, distorções como esta sejam eliminadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: Indústria de SP questiona acordo Comgás-Petrobrás

Coluna do broadcast

A indústria paulista fez nova ofensiva para tentar amenizar o reajuste do gás natural, previsto para maio. Representantes de vários setores protocolaram pedido de esclarecimento à agência reguladora (Artesp) sobre um acordo costurado entre a Comgás e a Petrobrás em uma briga judicial. Eles querem saber qual é a natureza de uma indenização devida pela estatal à Comgás, ou seja, de que forma será tratada pela distribuidora. Se a indenização estiver contabilizada como "recurso extra" (receita requerida, no jargão), indicaria melhor condição financeira da companhia e, segundo argumenta a indústria, fazer o preço da distribuição do gás cair. Assim como em outros setores, qualquer ganho de eficiência financeira da empresa tem de ser repassado ao consumidor.

» **Acordo.** A indenização paga pela Petrobrás à Comgás, de cerca de R\$ 800 milhões, está prevista em um acordo costurado entre as partes para pôr fim a uma série de processos. Por ele, também ficou decidido que a Comgás pagaria à petroleira R\$ 1 bilhão, por ações diferentes - valor que já foi pago. Procurada, a Comgás informou que as ações judiciais foram encerradas em novembro de 2018 e que a indenização já foi apresentada em balanço.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Cosan vai participar do leilão da Norte-Sul

Grupo, que é sócio da Raízen, também está interessado nos leilões de terminais portuários que serão ofertados

O grupo Cosan, do empresário Rubens Ometto Silveira Mello, vai participar nos próximos dias de leilões de privatização de terminais portuários e da concessão da ferrovia Norte- Sul. Criada originalmente como produtora de açúcar e etanol, a companhia está elevando suas apostas em ativos de infraestrutura no País. Na próxima sexta-feira, a Raízen (joint venture formada entre Shell e Cosan) vai participar do leilão de quatro terminais portuários de graneis líquidos – três deles no porto de Cabedelo (PB) e um em Vitória (ES).

A Raízen também sinalizou interesse nas áreas portuárias que serão leiloadas no início de abril, no Porto de Belém. O governo federal pretende oferecer ao mercado, até o fim do ano, 17 áreas de arrendamentos de terminais portuários, que devem exigir R\$ 2,5 bilhões em investimentos, afirmou o diretor do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) responsável pela área portuária, Diogo Piloni da Silva. No fim do mês, a Rumo, que é dona da ex-ALL, vai fazer uma oferta no leilão da Norte-Sul. A concessão de cerca de 1,5 mil quilômetros de malha ferroviária, que liga Porto Nacional (TO) a Estrela D'Oeste (SP), tem lance mínimo de R\$ 1,35 bilhão e prevê investimentos de R\$ 2,8 bilhões.

O grupo está analisado os detalhes do edital desde sexta-feira passada. "São cerca de 300 páginas que recebemos de questionamentos feitos por interessados no edital", disse Júlio Fontana, presidente da Rumo. A Norte-Sul é complementar aos negócios do grupo que, por meio da ex-ALL, é responsável pelo escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste do País para o porto de Santos (SP). A companhia avalia, no momento, quais são os riscos da Norte-Sul, que demandam pesados investimentos para o futuro dono da concessão. A jornalista, o presidente da Cosan, Marcos Lutz, afirmou estar otimista em relação à retomada econômica neste ano.

Mas, segundo ele, o crescimento da economia está ligado à aprovação da reforma da Previdência. Os executivos do grupo realizaram ontem o "Cosan Day", com investidores. Privatização. Lutz afirmou que o grupo também vai avaliar as refinarias que serão colocadas à venda pela Petrobrás. Não há, contudo, interesse firme em entrar neste segmento. "Temos a obrigação de olhar esses ativos, mas o grupo não tem interesse de diversificar para este tipo de negócio." Ativos de gás também estão no radar da companhia, que é controladora da Comgás, maior empresa de gás canalizado do País. Maior produtor de açúcar e álcool do País, a companhia deverá fazer este ano a maior renovação de área para cana dos últimos dez anos.

A empresa detém quase 900 mil hectares plantados no País e elevará os investimentos nos canaviais, um ano após o período de seca que afetou as áreas plantadas. /COLABOROU LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: 'BNDES é como a Nasa: tem de se reinventar'

Entrevista

Joaquim Levy, presidente do BNDES

Levy diz que banco vai ter outras funções e fará parcerias com o setor privado para não repetir "desastres" do passado

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, compara a situação atual do banco à da Nasa, a agência espacial americana. Tanto o banco quanto a agência estão revendo suas formas de atuar e financiar hoje a expansão econômica e tecnológica. Levy diz que a instituição vai ter outras funções e fará parcerias com o setor privado nas áreas de inovação, transporte e energia limpa para não repetir "desastres" do passado como os empréstimos a Cuba, Venezuela e Moçambique. Segundo ele, o BNDES também vai liderar a privatização de estatais para que elas parem de "pesar" no Estado e comecem a ajudar a economia. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida por e-mail.

Como o banco vai se reinventar?

O BNDES é como a Nasa. A fase de apoiar grandes siderúrgicas e refinarias já passou, como passou o programa dos foguetes Apolo. Os desastres dos empréstimos feitos a Cuba, Venezuela e Moçambique tem de servir de lição e forçar mudanças, como foi a explosão do ônibus espacial Challenger para a

Nasa. E a gente não vai ficar financiando o que o setor privado faz muito bem, botando turista em órbita. Mas vai continuar apoiando a expansão das nossas fronteiras econômicas e tecnológicas, como a Nasa faz hoje ao mandar aqueles jipes para Marte, descobrindo uma porção de coisas importantes. E a Nasa está atuando cada vez mais com parcerias privadas. Pode não ter o mesmo sex appeal dos grandes foguetes, mas vamos ser parceiros do setor privado na inovação, em resolver problemas como transportar dezenas de milhares de passageiros do centro de São Paulo para Viracopos em menos de meia hora com Parcerias Público-Privadas ferroviárias, e botando o Brasil na liderança da energia limpa. Tem muito para o Brasil construir de um jeito diferente.

Como o BNDES vai atuar para ajudar os Estados?

No curto prazo, a maior ajuda do BNDES será apoiando a desestatização de empresas que em geral têm sido operadas de maneira gravosa, com serviços deficientes. Essa desestatização não só gera dinheiro para aliviar o caixa dos Estados, mas acaba com um ralo nas finanças públicas. Infraestrutura, quando é operada pelo setor privado com a devida regulação, passa a atender melhor a população. O Brasil tem duas décadas de experiência nisso e o brasileiro já viu que as empresas de luz, telefone, metrô, estradas e mesmo saneamento funcionam bem no setor privado. Dá errado só quando o modelo é ruim, como em algumas estradas federais licitadas entre 2011 e 2013. Naquela época o governo quis baixar o pedágio artificialmente e colheu problemas. Infraestrutura deu errado também quando o governo foi fazer agrado para a indústria e quase desmantelou o setor elétrico. Hoje, os Estados também podem revolucionar sua economia se abrirem o mercado da distribuição de gás. O BNDES quer ser um parceiro nesse choque positivo.

Como está o apoio do BNDES às privatizações?

Estamos 100% nesse trabalho. Em nível estadual e federal. Apoiamos o investimento no setor elétrico, no setor portuário, nas ferrovias. Cada vez mais em parceria com o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e os Ministérios da Infraestrutura, **Minas e Energia** e do Desenvolvimento Regional. Ainda tem empresas federais a serem privatizadas, como Eletrobrás e Conab. E o BNDES pode ajudar a fazer elas pararem de pesar no Estado e começarem a ajudar a economia a ser mais produtiva. O banco sabe desenhar e realizar privatizações que saem rápido e dão certo. É o banco com maior capacidade nessa área abaixo da linha do Equador e os investidores sabem disso. Mas é importante evitar que as taxas subsidiadas ainda existentes em alguns bolsões continuem a distorcer o mercado, agora que a TJLP não tem mais subsídio. A taxa foi substituída pela TLP.

Qual será a política de captação?

Em qualquer país é importante ter fontes estáveis e de longo prazo para apoiar a implantação de novos projetos. Então, as fontes constitucionais continuarão a

ter um papel relevante para o BNDES, mesmo com o desenvolvimento do mercado de capital, até porque os investidores institucionais de renda fixa têm pouca capacidade de tomar risco. Mas dá para vender alguns ativos maduros, agora que os juros do BNDES convergiram para os de mercado. O BNDES pode também captar no mercado, mas tem de fazer isso com prudência e na medida em que esteja fortemente capitalizado. Não há almoço grátis.

Qual a política para o exterior?

Acabou a política de emprestar para governos estrangeiros. Foram feitos empréstimos por motivação política e que hoje não estão sendo pagos. É uma experiência amarga que a população nunca apoiou. A política para o exterior agora é facilitar a atração de investimento estrangeiro para complementar a poupança nacional no financiamento da infraestrutura. Estamos estudando mecanismos de repartição de risco que facilite isso, de forma a baratear o custo de grandes investimentos. Mas também devemos considerar a compatibilização da receita de projetos com o seu financiamento, quando faz sentido. Por que o frete de grão não pode ser dolarizado, pelo menos aquele frete associado à carga exportada? Daria muito mais flexibilidade para financiar, por exemplo, a capilaridade necessária para aumentar a carga e rentabilidade da Ferrovia Norte-Sul, tornando nosso grão mais competitivo em um momento de incerteza na demanda mundial. O mesmo vale para outras infraestruturas ligadas à exportação. Estamos trabalhando nessa e em outras áreas. Mas Challenger, nunca mais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Artigos

Autor: Rubens Barbosa

Título: Resultados concretos de visita dependem de tempo

Especial para o Estado

Diferentemente da longa tradição do governo brasileiro de realizar a primeira visita de um novo presidente ao exterior na América Latina, Jair Bolsonaro visitou os Estados Unidos. Os dois governos estão dizendo que houve uma mudança fundamental na relação bilateral e a criação de um eixo norte-sul, dada a estreita relação pessoal entre os presidentes. Os fatos no futuro demonstrarão os resultados concretos da visita presidencial e se serão permanentes. De fato, a visita resultou no avanço em várias áreas como comércio, defesa, segurança e inovação.

Esses resultados, contudo, não representam um completo alinhamento com os EUA. Um exemplo disso são as posições ainda diferentes adotadas pelos dois

governos em relação à saída de Nicolás Maduro na Venezuela. O Brasil e os EUA têm uma área enorme de convergência, bem como de assimetrias. Nos últimos anos, defesa e segurança passaram a integrar os pontos focais do relacionamento por razões domésticas e regionais. As restrições na área comercial em ambos os países permanecem. Questões como o aço não foram resolvidas, tendo havido avanços na área de exportação de suínos para o Brasil, assim como foi criada uma quota de 750 mil toneladas de trigo sem tarifa para o alimento americano, segundo o comunicado conjunto publicado ao final da visita.

Foram criados ainda um fundo de investimento de US\$ 100 milhões relacionado com impactos na biodiversidade, uma comissão de economia e relações comerciais para facilitação de comércio e de práticas regulatórias, e um fórum para cooperação energética. Do ponto de vista do Brasil, foi importante o apoio do presidente Donald Trump ao pedido de ingresso na OCDE, em troca da concordância do lado brasileiro em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC. Pela primeira vez, o Brasil aceitou a graduação de sua condição de país em desenvolvimento para fins de vantagens nas negociações comerciais. O status de aliado especial dos EUA como não membro da Otan e a assinatura do acordo de salvaguarda tecnológica representam os avanços mais significativos da visita.

Bolsonaro é o primeiro presidente brasileiro em muitos anos eleito com uma plataforma de direita e populista. É liberal na economia e muito conservador nos valores e princípios sociais. Há claras afinidades ideológicas com o presidente Trump e suas políticas, até mesmo no apoio à construção do muro na fronteira com o México. A questão ideológica é a principal diferença quando se compara Bolsonaro com outros presidentes na relação com os EUA.

EX-EMBAIXADOR NOS EUA, É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/03/2019

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: 'Sem fazer acordo com os partidos, Bolsonaro não vai conseguir governar'

entrevista - Fernando Limongi

É assim no mundo inteiro, afirma o cientista político; bancadas temáticas, como a da Bíblia, têm poder limitado no Congresso

Associar presidencialismo de coalizão à corrupção, como fazem os bolsonaristas, “é um mito, uma bobagem sem tamanho”, diz o cientista político Fernando Limongi, professor aposentado da USP que dá aulas na escola de economia da Fundação Getulio Vargas.

Corrupção, segundo ele, não é uma consequência inevitável da coalizão, prática que presidentes adotam para ter maioria no Congresso, oferecendo cargos a partidos para integrarem uma aliança.

Limongi cita a Dersa como exemplo de corrupção sem coalizão. A estatal paulista de estradas está envolvida numa série de escândalos em governos tucanos que não têm relação com partidos.

O discurso de Bolsonaro contra essa prática e a defesa de alianças com bancadas temáticas, como as da bala e da Bíblia, revela o despreparo do presidente, de acordo com o cientista político.

Bancadas temáticas não têm poder de definir a agenda de votações no Congresso; só partidos podem fazer isso. “É muito pouco provável que o governo seja capaz de governar sem costurar acordos com partidos. É assim no mundo inteiro. Partidos organizam o processo político”, disse em entrevista por email à Folha.

Segundo ele, o problema de Bolsonaro é mais grave do que seu discurso contra partidos: o presidente não entendeu que é preciso partilhar o poder para governar.

Bolsonaro começou refutando os partidos e dizia que iria trabalhar com bancadas temáticas, como as da bala e da Bíblia. Por que essa estratégia parece não estar funcionando?

Não é possível dizer se está ou não funcionando, pois o governo ainda não começou a governar. Por enquanto, o governo pouco fez ou propôs. O que há na agenda e que depende do Congresso é a reforma da Previdência, que ainda não começou a tramitar. Pouco se sabe sobre como o governo pretende reunir os votos para aprová-la. Mas o governo tem mais matérias para aprovar, como as mais de uma dezena de medidas provisórias herdadas de Temer e as quatro promulgadas pelo próprio Bolsonaro. Uma das herdadas já expirou e não há notícias de que o governo esteja cuidando da aprovação das que emitiu. Se bobear, toda a reformulação ministerial vai para o espaço.

Bolsonaro associa presidencialismo de coalizão e corrupção. É possível fazer coalizão sem recursos espúrios?

Isso é um mito, uma bobagem sem tamanho. Não há relação necessária entre governo de coalizão e corrupção. Não há dúvidas de que, no Brasil, as duas coisas conviveram no passado recente, mas daí a concluir que uma coisa leva à outra é a mais pura bobagem. A relação está longe de ser causal. Há corrupção sem o tal do presidencialismo de coalizão. Tome o caso da Dersa em São Paulo, onde os acusados são governadores e não há nenhum indício de que o dinheiro desviado visasse comprar maioria para aprovar projetos. E os desvios de dinheiro ligados à usina nuclear de angra? Lá o grosso da corrupção não passou pelos partidos. Mais do que isso, os desvios ocorreram em um modelo insulado da política, no qual quem decidia eram técnicos e militares. Aliás, durante o regime militar, o programa nuclear brasileiro foi amparado pela conta Delta, em um esquema em que as empreiteiras entravam para lavar dinheiro obtido por acordos com o Iraque em que se trocava urânio por petróleo.

No livro que escreveu com Argelina Figueiredo, vocês mostram a importância dos partidos na relação com o Executivo. O governo teria articulação para alterar esse quadro?

É muito pouco provável que o governo seja capaz de governar sem costurar acordos com partidos. É assim no mundo inteiro. Partidos organizam o processo político. Nasceram dessa necessidade. Além disso, basta ler os regimentos internos do Senado e da Câmara para ver que os partidos são peças-chaves do processo decisório. Por força dos regimentos, líderes partidários definem quais matérias serão votadas, quando e como. Sem a participação dos líderes, as coisas não andam. Os líderes de bancadas temáticas não têm essas prerrogativas. É simples assim. É básico. Mas Bolsonaro desconhece o elementar porque nunca se interessou pelo processo legislativo, nunca teve interesse em aprovar matérias. Essa visão é um indicador do seu despreparo político.

A Lava Jato expôs o modo como presidentes obtêm apoio no Congresso. É possível retomar o presidencialismo de coalizão após esse desnudamento? Como disse, se a Lava Jato desnudou algo, esse algo não tem nenhuma relação necessária com a formação de coalizão e/ ou a forma como presidentes conseguem apoio para aprovar seus projetos. Se essa relação fosse necessária, seríamos forçados a concluir que todos os presidentes brasileiros governaram recorrendo a esses mesmos expedientes. No Brasil, como em um grande número de países, não se escapa da necessidade de partilhar o poder. Toda e qualquer proposta legislativa do presidente precisa ser aprovada por uma maioria. Se o partido do presidente não controla a maioria das cadeiras, tem que conseguir apoio de parlamentares dos demais partidos. A questão é se vai

obter caso a caso ou se vai montar uma base estável. Essa é decisão inicial que o presidente deve tomar. É uma questão de estratégia política e que não tem nada a ver com montar o governo em torno de ideias, competência ou o que for. Nas duas opções, para obter maioria, o governo tem que ampliar sua base, obter apoio da maioria. No primeiro caso, de uma forma limitada, circunstancial. No segundo, de uma maneira estável, permanente.

Quais são as consequências dessa estratégia?

Na verdade, ao privilegiar o caso a caso, o governo diminui o horizonte temporal da negociação e, com isso, exclui quem o apoia dos ganhos de ser governo, dos possíveis retornos que a aprovação da proposta pode vir a gerar. A resistência a apoiar o governo aumenta, o preço em concessões e o tempo gasto em negociações crescem. Formar uma coalizão é dar base e estabilidade ao governo, é saber que se pode contar com o apoio do partido, nas horas boas e nas más. Com a estabilidade, ambas as partes ganham. Mas isso implica dividir o poder com os demais partidos — e daria no mesmo se esse acordo fosse construído com bancadas temáticas. É esse o problema do governo Bolsonaro, sua incapacidade de entender que precisa partilhar o poder. O problema não é com quem e como se negocia. O xis da questão é saber se o governo está disposto a fazer política, a negociar e partilhar o poder. O problema, na verdade, é mais sério, pois essa incompreensão política vem do próprio presidente, da sua falta de liderança. Até agora o governo nem sequer foi capaz de organizar o PSL. O partido do presidente é uma bagunça por falta de orientação, pela falta da definição de uma linha política, de propostas concretas. O governo Bolsonaro parece não ter entendido isso, ou melhor, parece achar que negociar caso a caso, construindo maiorias a cada proposta, seria o mesmo que privilegiar ideias, programa, capacidade ou sei lá o quê. Não é.

O sr. acha que é possível governar com coalizão baseada em princípios, como pregam bolsonaristas?

A proposição se baseia em uma falsa dicotomia entre princípios e pragmatismo, entre ideais e negociatas. Assume-se que há um governo que tem ideologia e princípios e que esse governo seria forçado a negociar com políticos inescrupulosos e destituídos de ideais. Se as coisas forem colocadas dessa forma, toda e qualquer negociação será uma distorção ou concessão eticamente censurável. Mas por que devemos assumir que o presidente — e essa premissa foi aplicada aos governos anteriores — tem uma ideologia e os congressistas não? Veja, mesmo que o presidente diga que só se move por princípios, não se deve assumir que saiba como estes mesmos princípios serão traduzidos em políticas públicas. Há uma enorme distância entre o discurso e a

implementação das políticas. E é nesta passagem do discurso à prática que os interesses envolvidos atuam, não necessariamente para desvirtuar a proposta. Obviamente, cada um defende o seu e tenta fazer valer os seus interesses. Mas se o governo sabe o que quer, então tem condições de negociar e rejeitar as contribuições que desfiguram sua proposta inicial. Dizer que é impossível ter princípios e governar não passa de uma desculpa, uma forma conveniente de jogar a culpa nos aliados. O problema do governo Bolsonaro não decorre da necessidade de formar coalizão ou dos custos envolvidos nessa operação. A dificuldade é anterior e passa pela incapacidade do presidente de entender o que significa fazer política, de entender que para governar será preciso compartilhar o poder. Essa incompreensão se mostrou de forma nua e crua na demissão de Bebianno. O presidente não se dispõe a compartilhar o poder nem com seus apoiadores de primeira hora. E as razões da demissão pouco tiveram a ver com princípios e ideais.

O governo Bolsonaro passa por vexames semanais. Isso decorre de inexperience?

O maior problema tem nome e RG conhecido. O despreparo de Bolsonaro para o exercício da Presidência é evidente. Esse fator foi minimizado durante a campanha. O atentado, ao retirá-lo de cena, acabou por protegê-lo. Mas a fatura foi entregue e o preço a pagar é o que está aí, uma trapalhada atrás da outra.

Os filhos de Bolsonaro são um entrave à formação de alianças ou o pragmatismo vai imperar em votações importantes?

Não é possível separar Bolsonaro de seus filhos. Bebianno sucumbiu a uma operação de seneadeada de comum acordo entre o presidente e seu filho Carlos. Resta saber se Mourão terá o mesmo destino. Vice, contudo, não pode ser demitido.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O futuro do Comperj é incerto e não sabido

Ainda está indefinido o futuro da retomada das obras, paralisadas em 2015 após consumirem cerca de U\$ 14 bilhões, do Complexo Petroquímico do Rio (Comperj), em Itaboraí. Tudo bem que os chineses são lentos por natureza. Mas

nada aconteceu de relevante desde outubro, quando a Petrobras bateu tambor para anunciar o acordo prévio com a chinesa CNPC para a retomada das obras.

E mais...

A nova diretoria da Petrobras — comandada por Roberto Castello Branco e empenhada em desinvestir em algumas áreas, como o refino — não gosta desse modelo combinado na gestão passada, no qual a estatal fica com 80% do Comperj e os chineses, 20%. Já se os chineses quiserem assumir o negócio todo, bem, aí é outra conversa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/03/2019

Seção: O País

Autor: AMANDA ALMEIDA

Título: CPI de Brumadinho convoca conselheiros da Vale

Senadores aprovam novo plano de trabalho com 120 dias, contra 180 iniciais; representantes de consultoria alemã serão chamados

A CPI de Brumadinho no Senado aprovou, ontem, um plano de trabalho mais enxuto do que o previsto inicialmente. Em vez de 180 dias, a comissão deve durar 120, com a previsão de convocar diretores e funcionários da Vale, além de representantes da empresa de consultoria alemã TÜV SÜD, responsável pela assinatura do laudo de estabilidade da barragem que rompeu em 25 de janeiro em Minas Gerais.

Também foram aprovados pelos senadores 30 requerimentos, que preveem um pedido de auxílio da Polícia Federal, acesso às imagens de monitoramento do local da tragédia e vistorias em outras barragens. A comissão ainda convocou o presidente do Conselho de Administração da Vale, Gueitiro Matsuo Genso, e os demais integrantes do grupo.

O plano de trabalho apresentado pelo relator do colegiado, Carlos Viana (PSD-MG), prevê investigar as causas da tragédia, identificar falhas dos órgãos de fiscalização, recomendar uma nova estrutura para o acompanhamento das barragens e propor mudanças legislativas para garantir mais segurança.

Na semana passada, Viana disse ao GLOBO que considera mais importante que a CPI faça propostas de mudança legislativa do que se concentre em uma função punitiva. O argumento dele é de que o Ministério Público Federal já tem feito um bom trabalho de investigação.

Os senadores decidiram promover “diligências necessárias in loco”, com uma comissão formada por integrantes da CPI, em barragens consideradas de alto risco em Rio Acima e Congonhas, em Minas, e em Pedra Branca do Amapari, no Amapá.

A CPI solicitará o compartilhamento de informações das investigações da PF e do MPF sobre a tragédia. Semana passada, a CPI convocou os presidentes afastado e em exercício da Vale, Fabio Schvartsman e Eduardo Bartolomeo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Pré-sal: governo quer pagar R\$ 35 bi à Petrobras

Renegociação de acordo entre União e estatal é requisito para realizar megaleilão de petróleo este ano, que pode render R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Arrecadação é considerada essencial para fechar as contas este ano

O governo espera pagar US\$ 9 bilhões (cerca de R\$ 35 bilhões) à Petrobras na renegociação de um acordo sobre exploração de petróleo em blocos do pré-sal. O acerto entre a União e a estatal, que envolve também o Tribunal de Contas da União (TCU), está perto de ser fechado, e o número final deve ficar próximo a esse valor, segundo fontes que acompanham as conversas.

É preciso assinar o entendimento para que o governo possa confirmar o megaleilão de petróleo com o qual espera arrecadar R\$ 100 bilhões. A Petrobras será paga coma arrecadação desse leilão do pré-sal. A licitação já está marcada para outubro. O dinheiro é fundamental para o governo fechar as contas em 2019. A equipe econômica trabalha para divulgar o acordo final com a Petrobras nesta semana.

Em uma das últimas versões do acordo, o governo previa pagar US\$ 14 bilhões para a estatal. O ministro da Economia, Paulo Guedes, porém, decidiu recomençar as negociações e conseguiu reduzir esse valor.

FATIA DE ESTADO E MUNICÍPIO

A equipe econômica discute ainda como incluir estados e municípios nos resultados da produção no pré-sal. Não está nos planos do governo, neste primeiro momento, dividir com os entes parte dos recursos que serão arrecadados com o leilão. Esse dinheiro chegou a ser prometido por Guedes a governadores. Ele esbarrou, porém, na restrição imposta pelo teto de gastos — regra que limita a expansão das despesas do governo à inflação do ano anterior.

Está em discussão, por outro lado, a divisão de recursos do petróleo com os governadores e prefeitos por meio do Fundo Social do Pré-Sal. Esse fundo reúne recursos arrecadados com a exploração da área. O valor do fundo até o fim do ano estará em cerca de R\$ 26 bilhões, segundo estimativas do governo. A intenção é destinar 30% do montante para os estados e municípios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/03/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura BRASÍLIA

Título: Aneel converte dívida de R\$ 3 bi da Eletrobras em crédito

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem transformar uma dívida bilionária da Eletrobras em créditos. No lugar da empresa pagar R\$ 3 bilhões, a estatal irá receber esse mesmo valor. O dinheiro será pago por um fundo do setor elétrico abastecido com recursos da conta de luz e pelo Tesouro Nacional.

A medida da Aneel se refere a custos embutidos nas tarifas e usados para bancar o gasto com combustível de usinas termelétricas em regiões isoladas do país. No ano passado, o governo editou uma medida provisória (MP) que autorizou a estatal a ter reembolsadas despesas para compra de combustíveis realizadas por sua subsidiária no Amazonas. A MP foi editada em novembro para facilitar a venda dessa e de outras cinco distribuidoras da Eletrobras.

PAGAMENTO ATÉ 2021

Fiscalizações realizadas pela Aneel apontaram irregularidades nos gastos das distribuidoras do Amazonas com a compra de combustíveis entre 2009 e 2016. Segundo a Aneel, a Amazonas Energia comprou mais combustível do que o recomendado para as usinas e pagou valores mais altos do que os praticados por postos do varejo. Na fiscalização, o órgão regulador mandou a distribuidora devolver R\$ 3 bilhões ao fundo setorial.

Para ajudar no processo da venda da Amazonas e atrair investidores, o governo decidiu flexibilizar as normas para permitir o reembolso das despesas, uma parte por meio das tarifas e outra parte por meio do Tesouro Nacional.

Agora, após recálculo da Aneel, a Eletrobras passou a ter o direito de receber R\$ 1,6 bilhão do fundo e \$ 1,35 bilhão do Tesouro. O índice de correção será discutido entre a Eletrobras e a pasta. O pagamento poderá ser feito até 2021 e de forma parcelada.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/03/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ****Título: Presidente da Equinor cobra abertura do mercado de gás no país**

Margareth Ovrum lembra que investimento depende de viabilidade: "Com monopólio, não se chega ao preço certo"

A norueguesa Equinor (antiga Statoil), segunda maior produtora de petróleo e gás natural do país, atrás apenas da Petrobras, aguarda uma nova regulamentação do mercado de gás para ampliar seus investimentos no Brasil. A presidente da companhia, Margareth Ovrum, afirma que a Equinor quer participar dos próximos leilões de petróleo no país, mas que, no caso do pré-sal, a definição do novo marco regulatório do gás é crucial.

Hoje, a Petrobras, apesar de estar em processo de venda de seus gasodutos para a iniciativa privada, mantém contratos que lhe garantem o direito de usar 100% da capacidade de transporte da rede, mesmo que esta esteja ociosa. Para especialistas, isso inviabiliza o uso desses gasodutos por empresas privadas.

— Você precisa de preço para o gás. Quando você tem um monopólio, não consegue chegar ao preço certo. Então, precisamos abrir o mercado de gás. No pré-sal há muito gás. Há oportunidades —diz Margareth.

Ela ressaltou que o Brasil, ao lado da Noruega e dos Estados Unidos, é um dos três mercados prioritários para a Equinor no mundo.

"QUEREMOS ACESSAR A REDE"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que o governo trabalha em um novo projeto para estimular os investimentos no segmento de gás com o fim do monopólio de que a Petrobras desfruta hoje, na prática, no setor. Margareth vê com bons olhos essa iniciativa.

— Em Carcará, por exemplo, na primeira fase vamos reinjetar o gás no campo porque não há como monetizar isso. Na segunda fase (de desenvolvimento de Carcará), queremos acessar essa infraestrutura para vender o gás em terra. Mas é preciso saber que mercado vamos acessar. Estamos trabalhando em como monetizar esse gás —explica Margareth.

Além do Campo de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos —com reservas recuperáveis de 2 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE), no qual tem uma fatia, ao lado de Petrogal e Barra Energia —, a Equinor está no Campo Pão de Açúcar, também no pré-sal da Bacia de Santos, com reservas de 1 bilhão de

barris. Ao todo, a companhia tem 18 licenças em fase de exploração no país. Em parceria com a Petrobras, a Equinor tem dois campos em produção: Peregrino e Roncador, ambos na Bacia de Campos.

—Acreditamos que há um grande potencial no futuro, pois a demanda por energia está crescendo conforme o PIB avança. O gás, sob a perspectiva do clima, é muito positivo em comparação ao carvão. Há um mercado promissor para o gás. Mas há a questão regulatória, que é o acesso à infraestrutura — ressalta.

O objetivo do governo, ao abrir o mercado de gás, é reduzir o preço do insumo para aumentar a demanda e melhorar a competitividade da indústria nacional.

A executiva afirmou que a Equinor pretende entrar nos leilões deste ano. Estão agendadas a 6ª Rodada do Pré-Sal, sob o regime de partilha, e a 16ª Rodada de Licitações, no modelo de concessão. Há ainda a expectativa de que ocorra o leilão do excedente da cessão onerosa.

—A 6ª e a 16ª rodadas são importantes para nós. Estamos olhando as oportunidades para ver onde investir.

A Equinor pretende investir US\$ 15 bilhões no Brasil até 2030, tanto em petróleo como em fontes renováveis. Margareth cita o acordo com a Petrobras para desenvolver projetos eólicos em alto-mar, acoplados a plataformas de petróleo, e o investimento em energia solar, com a inauguração recente de um parque no Ceará: —Não há muitas oportunidades para hidrelétricas. Então, o gás e as fontes renováveis serão muito importantes para o país. Por isso, estamos olhando as energias renováveis e o gás. Estamos perseguindo outras oportunidades em energia solar no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/03/2019

Seção: Rio

Autor: ANTÔNIO WERNECK

Título: Tráfico ataca comboio que levava urânio para Angra

Policiais que faziam escolta reagiram; carregamento, usado como combustível em usinas nucleares, não sofreu danos

Um comboio que transportava urânio para o complexo nuclear de Angra dos Reis foi atacado a tiros na Rodovia Rio-Santos, ontem pela manhã. A ação aconteceu na altura do Frade, e uma equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que escoltava dois caminhões carregados com o metal — usado como

combustível para usinas de energia atômica — reagiu. O confronto não deixou vítimas, e, com segurança reforçada, a carga foi entregue no início da tarde.

Por volta das 6h30m, os caminhões foram carregados com pastilhas de urânio enriquecido na sede das Indústrias Nucleares do Brasil, em Resende, no Sul Fluminense. Além de inspetores da PRF, técnicos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) participavam do comboio. De acordo com testemunhas, o ataque partiu de traficantes que vêm disputando territórios na Costa Verde.

— Infelizmente, ataques na região passaram a ser frequentes. Os bandidos sempre atiram em veículos da polícia que passam pela rodovia — afirmou o inspetor José Hélio, do departamento de comunicação da PRF.

POPULAÇÃO FORA DE PERIGO

Quando sai das Indústrias Nucleares do Brasil para Angra dos Reis, o urânio é acondicionado em contêineres especiais, que passam por uma série de testes de resistência. Mesmo assim, o carregamento correu risco, informou a Eletrobras Eletronuclear, que opera as usinas de energia atômica.

“Se um tiro de arma de fogo conseguisse atravessar a proteção do contêiner, poderia danificar o combustível nuclear. No entanto, isso não colocaria em risco a população nem o meio ambiente. O urânio contido em um elemento combustível está em estado natural, tendo o mesmo nível de radioatividade encontrado na natureza”, diz uma nota divulgada ontem pela empresa.

O prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão (MDB), disse que, depois do ataque, entrou em contato com o governador Wilson Witzel para pedir um reforço na segurança da Costa Verde.

— Falei com o governador que precisamos de um plano de segurança para a região, já que temos usinas nucleares aqui. É uma área sensível. Ele ficou de conversar com o governo federal — afirmou Jordão, acrescentando que também procurou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

— O GSI é o responsável pelos planos de emergência de Angra 1 e 2. Fiz um relato do que aconteceu. Já houve outros casos de violência, até mesmo assalto a banco na vila de funcionários das usinas. O Exército precisa fazer algo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 20/03/ 2019**Seção:** Negócios**Autor:** Paula Pacheco**Título:** Cosan pronta para novo ciclo

São Paulo — Nem as incertezas sobre o rumo da reforma da Previdência, o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 e o futuro das parcerias comerciais do Brasil, sob teste de resistência desde o início do governo de Jair Bolsonaro (PSL), mexem com o otimismo de Marcos Lutz, presidente do grupo Cosan. No máximo, despertam alguma cautela. Na manhã de ontem, Lutz e os principais executivos das companhias que compõem a holding — Rumo, Raízen, Comgás e Moove — se encontraram em um hotel em São Paulo com algumas dezenas de analistas que acompanham o desempenho dessas companhias.

Aos convidados, Lutz garantiu que as empresas do grupo estão preparadas para um ciclo econômico mais favorável por já terem feito as adequações necessárias nos últimos anos. Agora, mesmo diante do atual quadro de imprevisibilidade sobre o que deve acontecer com o país, o executivo prefere dar tempo ao tempo até ver o que será colocado em prática pelo novo governo.

“As relações internacionais nos últimos anos não foram muito melhores (do que as do governo de Bolsonaro). Vejo a aproximação do Brasil com os Estados Unidos como positiva. Sobre os atritos (com outros países), avalio que são necessários para negociar coisas”, afirma.

Reforma

Mas o presidente da Cosan não disfarça a cautela que tem quanto ao futuro da reforma da Previdência. “Sem ela, todo o resto não tem muito sentido. Será essa reforma que garantirá a atração de investimentos, será a forma de o Brasil mostrar que consegue ser solvente”, diz. Para o executivo, ainda é preciso ter cautela ao avaliar o ambiente de negócios no médio e no longo prazos. “Vai depender muito da capacidade de aprovação da reforma. Da nossa parte, faremos tudo que pudermos. Por enquanto, é preciso esperar.”

Ao olhar para 2018, no entanto, o executivo não esconde o desapontamento com percalços tão significativos. Os negócios sentiram o impacto da greve dos caminhoneiros, em maio, e a produção de açúcar da Raízen sofreu com a falta

de chuvas, que comprometeram o cultivo, e a queda no preço internacional da commodity. Além, é claro, das incertezas sentidas durante o período eleitoral.

Do ponto de vista macroeconômico, disse Lutz aos analistas, 2018 não poderia ter sido mais complicado. Não foi um ano nada brilhante. “Mas, com tudo isso, conseguimos entregar resultados bastante relevantes, com algumas superações e algumas frustrações, mas em linha com nossos planos e orçamento.”

Números otimistas

Pouco antes da apresentação aos analistas, a Cosan divulgou as projeções esperadas para 2019. A expectativa de resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) consolidada pró-forma vai de R\$ 5,6 bilhões a R\$ 6 bilhões.

Foram divulgadas ainda as projeções para todas as subsidiárias do grupo. A previsão é chegar a um Ebitda normalizado de R\$ 1,95 bilhão a R\$ 2,1 bilhões na Comgás. Já os investimentos na companhia, com operações em parte do estado de São Paulo, poderão variar entre R\$ 400 milhões e R\$ 900 milhões.

A projeção para a empresa de lubrificantes Moove, que atua no Brasil, nos Estados Unidos e em alguns mercados da Europa, é de um Ebitda variável entre R\$ 260 milhões e R\$ 290 milhões.

Já a Raízen Combustíveis Brasil, segundo a divulgação, poderá chegar a um Ebitda entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 3,2 bilhões, com investimentos que poderão variar de R\$ 950 milhões a R\$ 1,15 bilhão. No caso da Raízen Argentina, uma operação que começou no ano passado depois de uma aquisição, o Ebitda deverá ficar entre R\$ 210 milhões e R\$ 260 milhões, e o investimento projetado deverá variar de R\$ 100 milhões a R\$ 140 milhões.

No caso da Raízen Energia, a previsão é otimista graças a uma estratégia adotada pela companhia que buscou costurar o uso de ferramentas tecnológicas e de inovação no campo. Drones foram usados para monitorar o crescimento da cana-de-açúcar e identificar onde era necessário reforçar o plantio. Além disso, a empresa renovou parte das lavouras com o investimento em novas mudas, fez uma série de análises de solos e melhorou os processos em máquinas.

Essa renovação dos canaviais, prevista para a safra 2019/2010, chegará a cerca de 100 mil hectares. Segundo Luis Henrique Guimarães, deverá ser a maior feita desde que a companhia surgiu como marca, há cerca de 10 anos. Na última safra, essa renovação foi de quase 86 mil hectares de cana. Atualmente, a área total plantada pela companhia, que faz parte da joint-venture entre Cosan e

Shell, é de 860 mil hectares.

Mais dinheiro em caixa

Esse reforço no campo terá um peso na expectativa que a direção da Raízen Energia tem para o Ebitda de 2019. Segundo a divulgação feita pela empresa, esse valor deverá ficar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,2 bilhões se a conta levar em consideração a safra 2018/2019 e de R\$ 3,4 bilhões a R\$ 3,8 bilhões na safra 2019/2020, quando a moagem deverá chegar a 63 milhões de toneladas de cana.

Apesar desse número, a companhia só deverá chegar a 100% da capacidade instalada na safra 2022/2023, segundo João Alberto Abreu, vice-presidente de Etano, Açúcar e Bioenergia da Raízen Energia. A previsão era para 2021. Isso deve ocorrer, segundo o executivo, por conta dos problemas climáticos registrados nos últimos dois anos.

Ainda de acordo com a apresentação feita pela companhia, a expectativa é investir de R\$ 2,7 bilhões a R\$ 2,9 bilhões na safra 2019/2020. Será mais do que os R\$ 2,6 bilhões estimados para a safra que termina agora. Parte desses recursos será destinada à renovação dos canaviais da Tonon, comprada pela Raízen há cerca de dois anos.

Segundo Lutz, o grupo poderá manter sua posição compradora, como tem mostrado nos últimos tempos, e continuar a adquirir participações em suas empresas. Isso tem ocorrido, explica, porque a companhia tem avaliado boas oportunidades com o aumento da participação.

MME / ASCOM .